

Relatório e Contas 2002

Mota & Companhia, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DE MOTA & COMPANHIA, SA RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2002

1. Cumprindo as disposições legais e estatutárias aplicáveis, vem o Conselho de Administração submeter aos Accionistas o seu Relatório de Gestão, conjuntamente com as Contas de MOTA & COMPANHIA, SA, relativos ao exercício de 2002.

À semelhança do procedimento adoptado nos anos anteriores, embora as actividades e contas consolidadas do Grupo de empresas encabeçadas por Mota & Companhia, SA, sejam objecto de relatório autónomo, não deixaremos de fazer aqui ocasionais referências ao Grupo ou a outras empresas que o integram, sempre que, pela sua relevância, tal se mostre necessário para a adequada compreensão dos negócios, situação e perspectivas da empresa-mãe.

2. – Quadro Conjuntural do Exercício

2.1. - Mercado Nacional

Em Portugal, a forte exposição aos sinais das economias mundiais, nomeadamente a Europeia e a Americana, aliou-se em 2002 à instabilidade política vivida no início do ano, com o investimento, público e privado, a conduzir a sucessivas correcções em baixa das previsões para o crescimento do PIB. Esta tendência, manteve-se até ao final do ano, tendo o Ministério das

Finanças divulgado, aquando da apresentação da versão final do PEC-Programa de Estabilidade e Crescimento para o período de 2003-2006, previsões em baixa para o PIB de 2002 (crescimento de 0,7% contra 0,75% no OE 2003) e do investimento (redução de 2,1% contra 2% no OE 2003).

2.1.1. - Enquadramento Macroeconómico

Os últimos dados disponíveis sobre os indicadores macroeconómicos da economia portuguesa para o exercício findo, embora provisórios, podem já ser avançados como concretizando uma forte redução no crescimento, no investimento e na procura, em sintonia com os indicadores qualitativos de confiança dos empresários.

Assim, a economia portuguesa cresceu apenas (de acordo com a evolução agora anunciada para o PIB) entre 0,4% (de acordo com a OCDE) e 0,7% (segundo o Ministério das Finanças e a Comissão Europeia) ou no limite 0,75% (máximo do intervalo de previsão do Banco de Portugal).

Pior ainda terá evoluído o investimento, que, medido pela Formação Bruta de Capital Fixo, terá decrescido pelo menos 2,1% (dados do Ministério das Finanças), 2,5%, segundo a OCDE ou mesmo mais (até 5%) de acordo com a Comissão Europeia e o Banco de Portugal.

Também o consumo, público e privado, registou reduções nas respectivas taxas de crescimento que terão descido (segundo o Ministério das Finanças) de 2,6% e 0,9% em 2001 para 1,4% e 0,5% em 2002.

Com todos os indicadores a iniciarem uma contracção da economia, a inflação terá evoluído em sintonia, pois o Índice de Preços ao Consumidor, após o forte crescimento de 2,8% em 2000 para 4,4% em 2001, terá ficado pelos 3,5% em 2002.

Ao contrário dos sinais de todos os indicadores referidos, segundo os dados do Ministério das Finanças, não confirmados pelas outras fontes indicadas, as exportações terão evoluído favoravelmente, com crescimentos superiores aos verificados em 2001 (3,2% em 2002 face a 2,9% no ano transacto), ao invés das importações que terão reduzido a sua taxa de crescimento (0,8% em 2002 face a 0,9% no ano anterior).

Assim, tratou-se globalmente de um ano em que a economia nacional acompanhou um cenário macroeconómico internacional de crise, no limiar da recessão, com forte pressão sobre o investimento, nomeadamente o público, e como consequência, com dificuldades para a maioria das empresas do sector de construção.

	%	Indicadores macroeconómicos - Portugal		
		2000	2001	2002
PIB		3,625	1,700	0,575
Consumo Privado		2,650	0,400	0,669
Consumo Público		3,775	2,675	1,350
FBCF		4,650	-0,050	-3,025
IPC		2,800	4,400	3,550
Exportações		8,300	2,225	2,100
Importações		5,675	0,550	-0,031

fonte: média de dados do MF, OCDE, CE e BP

2.1.2. - Conjuntura do Sector da Construção

O sector de construção continua, alicerçando uma estratégia de crescimento sustentado, a representar uma fatia significativa da actividade da nossa Empresa.

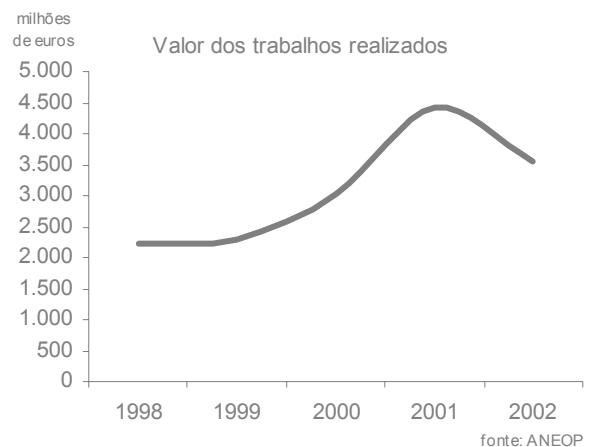
A conjuntura específica no sector, num contexto macroeconómico nacional e internacional tal como o descrito anteriormente, dificilmente poderia ter trazido facilidades para as empresas, tanto para as que se posicionam num segmento mais dependente da procura privada, como para as que operam para clientes públicos.

O ano de 2002 trouxe ao sector um sentimento global de estagnação no investimento, com as empresas a absorverem um pessimismo que interioriza a ideia-chave de que a recuperação no sector não se fará antes de 2004.

2.1.2.1. - Sub-Sector de Obras Públicas

Em particular no segmento de obras públicas, já não foi possível contrariar as tendências macro-económicas tal como se havia conseguido em 2001.

Assim, segundo dados da ANEOP - Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas, indicadores como as vendas de cimento e aço denotam mesmo reduções reais (6,7% e 6% respectivamente), espelhando uma produção em queda que se traduziu em menos 15,5% no VTR-valor dos trabalhos realizados a custos correntes (de 6.966,7 milhões de euros em 2001 para 5.689,7 milhões de euros no ano em análise) ou menos 19,5% a custos constantes, utilizando o índice do custo de construção como deflator. Em termos gráficos, com valores a preços de 1992, é evidente a inflexão verificada em 2002.



A mesma fonte, indica por outro lado que apesar de uma redução de quase 20% no número de adjudicações durante 2002, o valor das mesmas terá crescido ligeiramente (mais 1,6%, com as adjudicações do Estado a compensarem a redução das referentes a Autarquias, consequência da pressão a que estas foram sujeitas pela restrição ao endividamento).

Ainda segundo a ANEOP, o valor, bem como a quantidade, de novas promoções de obras públicas, pelo Estado e pelas Autarquias, sofreu uma queda de

aproximadamente 30%, cifrando-se em 3.379 milhões de euros (2.419 novos concursos) face a 4.604 milhões de euros (3.564 novos concursos) em 2001.

Em conclusão, no ano de 2002 o segmento das obras públicas trouxe consigo os primeiros sinais de redução efectiva da actividade, não sendo expectável que tal cenário se altere de forma radical em 2003.

Aguarda-se, no entanto, que apesar dos atrasos, os últimos concursos referentes ao programa de concessões de auto-estradas e inerentes à realização em Portugal do Campeonato Europeu de Futebol em 2004, cheguem à fase de adjudicação durante o ano de 2003, impulsionando o sector para a esperada retoma.

2.1.2.2. - Obras Privadas

A promoção de obras privadas, principalmente de construção civil, sofreu também em 2002 uma forte contracção, por efeito, por um lado, das dificuldades na promoção imobiliária, e, por outro lado, da forte redução na concessão de novas licenças de construção pelas principais Autarquias.

Segundo dados da ANEOP, e de acordo com informação até Novembro, o número de licenças para construção nova regrediu 5,2%, com todas as regiões do país a apresentar evolução negativa com excepção dos Açores (por exemplo, no que às licenças para habitação diz respeito, verificou-se uma redução de 3,5% no norte do país e de 5,1% na região de Lisboa e vale do Tejo).

Também as estatísticas preliminares sobre o número de edifícios concluídos demonstra um cenário de crise no sector, com a redução ligeira nos anos anteriores (menos 1,8% em 2000 e menos 1,6% em 2001) a transformar-se numa forte queda de quase 12%.

2.2. - Mercados Externos

2.2.1. – África

2.2.1.1. – Angola

A economia Angolana, de acordo com as últimas previsões (disponibilizadas pelo ICEP), terá crescido, em 2002, 10,5%. Esta percentagem, que mede o crescimento real do PIB, demonstra por um lado os efeitos da paz alcançada no ano passado, mas também a recuperação dos níveis de produção petrolífera. O ritmo a que as instituições forem capazes de se adaptar ao novo enquadramento, em que o cenário de guerra desapareceu, ditará a capacidade da economia de transformar este crescimento em desenvolvimento sustentado com forte contribuição do investimento estrangeiro, nomeadamente das empresas portuguesas.

A evolução ao nível do funcionamento dos mercados financeiros e cambiais, contribuiu, já em 2002, para uma presença alargada de novos investidores com repercussões na actividade da Mota & Companhia e suas associadas.

2.2.1.2 – Outros países

Nos restantes mercados africanos em que a Mota & Companhia vêm desenvolvendo a sua actividade, a conjuntura económica local não sofreu variações significativas passíveis de afectar as empreitadas em curso em países como o Benim, Chade, Moçambique, Gana e Malawi.

2.2.2. - Perú

No Perú, país em que, através de uma associada local, a Mota & Companhia também exerce actividade, verificou-se, apesar da conjuntura negativa, um

crescimento do PIB de 5,2% (segundo os últimos dados disponibilizados pelo INEI - Instituto Peruano de Estatística). Este indicador, no que ao sector da construção se refere, terá mesmo crescido 8,3%, embora o peso do sector na economia peruana esteja ainda aquém do que seria de esperar face à necessidade de infra-estruturas do país.

2.2.3. - Europa Central

Tal como já referido, os países da Europa Central foram mais uma vez afectados pela tardia definição do calendário definitivo de adesão à União Europeia. O adiamento dos investimentos em infraestruturas, aliado ao crescente número de concorrentes no sector de construção, criou óbvias dificuldades à prossecução da estratégia definida há varios anos.

Em particular na República Checa, a economia terá crescido no ano de 2002 a um ritmo idêntico ao de 2001 (3,6% de taxa de crescimento do PIB, segundo dados do ICEP), tendo o consumo público mantido idêntico valor ao de 2001 e o investimento crescido a uma taxa de 5,5% (contra 6,9% em 2001).

Na Polónia, ainda segundo dados compilados pelo ICEP, apesar da ligeira retoma na taxa de crescimento do PIB (1,3% em 2002 face a 1,1% em 2001) a economia ainda cresce a ritmos muito lentos quando comparada com os anos anteriores (4,1% em 1999 e 4% em 2000).

3. - A Reorganização do Grupo Mota

Durante o último trimestre do ano de 2002, a Mota-Engil, SGPS, holding da Mota & Companhia, face à conjuntura económica e de mercado actual, iniciou um processo de reanálise da estrutura do Grupo Mota-Engil tendo, já no decorrer do primeiro trimestre deste ano, anunciado publicamente a revisão do seu plano de reestruturação, essencialmente baseado na fusão das construtoras

Mota & Companhia S.A., Engil – Sociedade de Construção Civil S.A. e Mota-Engil Internacional S.A., dando origem à criação da maior construtora Portuguesa, mantendo, ao mesmo tempo, como áreas estratégicas para a sua diversificação, os sectores das Concessões de Transportes e do Ambiente, sendo as áreas restantes consideradas como não estratégicas.

4. - A Actividade Sectorial do Grupo

4.1. - Construção Nacional

4.1.1. - Referências Gerais

O ano de 2002 foi caracterizado essencialmente pelos seguintes aspectos:

- a) A adjudicação da Concessão Rodoviária do Grande Porto ao agrupamento de empresas liderado por Mota & Companhia, SA, a qual, em conjunto com as anteriores adjudicações de Concessões do Norte (AENOR), da SCUT da Costa da Prata e da SCUT das Beiras Litoral e Alta, perfaz uma rede total de cerca de 500 km de auto-estradas concessionadas.
- b) A persistência de atrasos substanciais nos arranques das obras adjudicadas no âmbito das referidas concessões rodoviárias, essencialmente resultantes de demoras na aprovação de projectos e à lenta concretização dos processos expropriativos.
- c) A preocupante retração do mercado de obras públicas e a consequente prática de preços aviltados nos concursos.

4.1.2. - Mota & Companhia, SA

Na actividade da Mota & Companhia, sa., durante o ano em análise, há que realçar a conclusão dos lanços das Auto-Estradas A2 (Auto-Estrada do Sul) e A14 (Figueira da Foz/Coimbra) de que foi adjudicatária, bem como o início da construção de 30 km da Auto-Estrada A7 (Guimarães/Fafe/IP3)

Especial relevância também, no âmbito da realização de grandes obras públicas, a participação da empresa nas obras de modernização das infra-estruturas ferroviárias das linhas do Douro, do Sul e do Minho e a adjudicação e início da empreitada de construção do Escalão de Pedrogão no Aproveitamento Hidroeléctrico do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva.

De referir ainda a adjudicação em regime de concessão, ao grupo de empresas que integra a Mota & Companhia, sa., do projecto, da construção, do fornecimento de equipamentos e de material circulante, do financiamento, da exploração, da manutenção e da conservação da totalidade da rede de metropolitano ligeiro da margem Sul do Tejo.

As obras iniciadas, em curso ou concluídas pela empresa no mercado nacional, isoladamente ou em associação, durante o exercício em análise, foram as seguintes:

- EN224 - Ligação de Oliveira de Azeméis ao Nó de Estarreja da A1
- IC19 - Alargamento entre o Nó de Queluz e do Hospital
- EN383 - Reparação do Pavimento entre Canhestros e Aljustrel
- EN2 e EN259 - Reparação do Pavimento
- IC19 – Alargamento entre o Nó de Queluz e o Nó de Tercena /Barcarena
- A14 – Auto-Estrada Figueira da Foz/Coimbra - Sublanço Santa Eulália/Coimbra - Trecho 2A
- A14 – Auto-Estrada Figueira da Foz/Coimbra - Sublanço Santa Eulália/Coimbra - Trecho 2B

- A2 – Auto-Estrada do Sul - Sublanço Castro Verde/ Almodôver
- A4 – Auto-Estrada Porto/Amarante – Obras de Beneficiação do Pavimento nos Sublanços Campo/Baltar/Paredes
- A3 – Auto-Estrada Porto/Valença – Obras de Beneficiação do Pavimento do Sublanço Cruz/Braga
- A3 – Auto-Estrada Porto/Valença - Lanço A3/Nó com a E.N. 14
- A11 – Auto-Estrada Braga/Guimarães - Lanço Celeirós / Guimarães
- A7 – IC5 – Auto-Estrada Guimarães/IP3 - Lanço Calvos / Fafe Sul
- A7 / IC5 / IC25 – Auto-Estrada Guimarães IP3 - Lanço Fafe Sul / Basto
- Auto-Estrada da Costa de Prata – Lanço Mira / Vagos
- Auto-Estrada da Costa de Prata – Lanço Vagos / Aveiro Sul
- Linha do Douro - Duplicação e Electrificação do Troço Penafiel/Caíde
- Linha do Sul, Lote 2.2.2 - Troço Km 94 / Ermidas do Sado - Modernização das Infra-estruturas Ferroviárias
- Reabilitação da Rede de Rega do Aproveitamento Hidroagrícola de Idanha – 2^a Fase
- Adutor de Rega de Ereira / Maiorca / Foja
- Intervenção de emergência nos Diques do Leito Central e dos Leitos periféricos do Rio Mondego e reparação do Canal Condutor Geral e do Canal de Lares
- 2^a Fase do Canal Condutor e do Reservatório de Monte do Bispo do Aproveitamento da Cova da Beira
- Obras de Construção Civil do Aproveitamento Hidroeléctrico de Pinhel
- Empreitada de Construção para a INDQUAFEIRA, no âmbito da Concessão dos Serviços Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira
- Concepção / Construção do Interceptor Marginal do Rio Douro, entre a Ponte D. Luís I e a ETAR de Gaia litoral
- Execução dos Toscos da Estação Terreiro do Paço da Linha Azul do Metropolitano de Lisboa, EP
- Empreendimento de Venda Nova II - Reforço de Potência do Aproveitamento Hidroeléctrico de Vila Nova / Venda Nova

- Metropolitano de Lisboa, EP – Toscos da Galeria a Céu Aberto entre o Término da Pontinha e a Estação Falagueira, da Linha Azul
- Reabilitação do Aqueduto do Alviela entre Alcanhões e Alcoentre nos Trechos de Almoster – Vila Nova de S. Pedro – Manique do Intendente
- Linha do Minho – Remodelação da Estação de Nine
- Normetro – Avenida Fabril do Norte – Requalificação Urbana e Passagem Inferior na Zona da Estação da Senhora da Hora
- Construção do Escalão de Pedrogão do Aproveitamento Hidroelectrico do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva
- IP5 – Aveiro – Albergaria – Obras de beneficiação e reforço do Pavimento

Na área das Pedreiras, para além da entrada em actividade dos centros industriais de Santo Tirso e Penafiel, procedeu-se ao licenciamento da unidade de Tondela, que irá ser aberta para apoio às obras da concessão das Beiras Litoral e Alta, consolidando assim a política de cobertura de âmbito nacional deste importante sector de apoio à actividade de Construção.

Este investimento decorre em simultâneo com o da modernização das centrais de britagem, que se traduz na melhoria qualitativa dos materiais produzidos, com redução de custos e reforço contínuo do respeito pelo Ambiente.

No sector dos Equipamentos, prosseguiu a política de implementação de um sistema de gestão integrada com a Engil, visando visando um aumento de eficácia do apoio às áreas produtivas, com optimização de recursos e redução de custos.

Em termos de Segurança, regista-se com satisfação a redução dos índices de frequência e gravidade, sendo de salientar a não ocorrência de qualquer acidente mortal, ou mesmo grave.

Como é do conhecimento dos Senhores Accionistas, o balanço individual de Mota & Companhia, SA, integra muitas das actividades que para além da

construção nacional, pelo que, expurgando já esse efeito, a facturação de Mota & Companhia, SA somente como construtora a nível nacional, atingiu um total de proveitos operacionais de 233.568 mil euros e resultados operacionais de 9.522 milhares de euros, respectivamente comparáveis com 208.143 milhares de euros e 10.014 milhares de euros alcançados no ano anterior.

A carteira de encomendas da empresa era de 646,7 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2002.

4.1.3. - Associadas da Construção Nacional

SOPROCIL

Embora os resultados tenham ficado aquém do previsto (o RAI foi de 205.936 euros contra uma previsão no início do ano de 276.000 euros), reflexo das dificuldades acrescidas nesta actividade, que são conhecidas, a empresa consolidou a sua posição de empresa regional importante (trabalha em quase todo o Algarve e a expansão no Alentejo é uma realidade), facturando 20.382.000 euros e avançando forte-mente na sua organização interna, de que o facto mais relevante é a sua certificação pela norma ISO 9001/2000.

GEOGRANITOS

A Geogranitos facturou em 2002 cerca de 45% menos que em 2001, resultado do decréscimo de actividade no sector.

As dificuldades que a Empresa enfrentou durante o ano de 2002 resultaram fundamentalmente do facto de se tratar de um ano pós-eleições Autárquicas acrescido das restrições impostas pelo Governo no que respeita ao endividamento das Autarquias, dando origem à limitação da sua actividade durante o ano de 2002.

No 2º semestre, deu-se início a um processo de restruturação, a concluir durante o ano de 2003, cujo objectivo é a redução dos encargos gerais da Empresa.

Pretende-se, ainda, diminuir a actual dependência da área das pavimentações, apostando em áreas como a Requalificação Ambiental, Urbanismos Comerciais, Renovações de Centros Históricos, Conservação e Manutenção Corrente de Estradas Nacionais, entre outras, que representam uma boa fatia de mercado, sendo necessária uma maior polivalência de meios humanos para a execução destes trabalhos.

A Georanitos terminou o ano de 2002 com volume de negócios de 6,4 milhões de euros e resultados líquidos negativos de 127 mil euros.

MARFIL

Identicamente à Georanitos, a Marfil sofreu com a quebra verificada no mercado regional de obras, tendo a sua actividade estado abaixo do projectado no início do ano.

Durante o ano de 2002 a Marfil facturou 4.355.711 euros, com um resultado líquido negativo de 228.159 euros.

PROBISA

Contrariando as estimativas consideradas no orçamento de 2002, o nível de obras lançadas a concurso foi substancialmente inferior ao previsto nesse orçamento, situação que se fez sentir, sobretudo, a partir do segundo semestre do ano.

O valor das vendas e prestação de serviços foi em 2002 de 2.652.043 euros. Em igual período do ano anterior este valor foi de 8.197. 066 euros.

O resultado antes de impostos do exercício foi de 203.121 euros (722.724 euros no ano anterior), sendo o resultado líquido do exercício de 145.314 euros (491.433 euros no ano anterior).

PROBIGALP

As mesmas razões apontadas para a Provisa estão na origem da menor actividade da Probigalp, face ao previsto no início do ano e face ao realizado no ano anterior.

O valor dos Proveitos foi de 4.524.346 euros (6.876.145 euros no ano anterior), e o resultado antes de impostos foi de 525.656 euros (1.066.747 euros no ano anterior), donde resulta uma rentabilidade de 12%, sendo o resultado líquido do exercício de 366.751 euros (723.720 euros no ano anterior).

MAPREL

O ano de 2002 foi profundamente marcado por alguns factores que contribuíram para resultados muito aquém das expectativas legítimas, face ao desempenho da empresa nos últimos anos.

Assim, para um volume de negócios de 14,6 milhões de euros, a empresa atingiu um resultado líquido negativo de 517 mil euros.

As razões desta quebra de actividade e resultados podem resumir-se em:

1. Enorme atraso no arranque das Concessões, nas quais se concentrava uma percentagem muito elevada da carteira de encomendas, originando uma derrapagem no volume de negócios que não foi possível compensar outros mercados. Tal deveu-se quer à desaceleração económica geral, quer, sobretudo, à feroz concorrência que se acentuou muito ao longo do ano, com prática de preços perfeitamente aviltados.

2. O desenvolvimento da estratégia assumida de encerramento do sector de pavimentos tradicionais, concentrou no exercício em análise a totalidade dos custos decorrentes da desactivação desse sector, na fábrica dos Carvalhos.

3. A aquisição da quase totalidade do capital da nossa participada Maprel Nelas, obrigou-nos a assumir a restruturação da empresa, concentrando as áreas operacionais na Maprel, o que também originou no exercício em análise custos operacionais mais elevados e não compensados por receitas.

Pensamos contudo que o exercício em análise se traduziu numa situação atípica, que será invertida já em 2003, face à completa restruturação a que se procedeu, bem como à carteira de encomendas, confortável para o ano agora em curso.

TRACEVIA

O ano de 2002 foi globalmente positivo, tendo-se ultrapassado as previsões do orçamento, circunstância que nos apraz salientar num clima de retracção do mercado de obras públicas e de concorrência desregrada no sector, sobretudo na sinalização horizontal.

De facto, os proveitos globais foram de 7.440.399 euros contra uma previsão de 6.908.000 euros, os resultados antes de impostos foram de 295.227 euros, contra uma previsão de 218 mil euros e os resultados líquidos foram de 139.967 euros, contra uma previsão de 136 mil euros.

4.2. - Construção Internacional

A actividade internacional foi fortemente condicionada pela crise global que vivemos, mas como resulta da análise da actividade que de seguida faremos, as situações nos diversos países em que desempenhamos actividade, tiveram e terão, comportamentos bem diferenciados que poderemos resumir:

América do Sul - O Perú não pode deixar de ser influenciado pela crise que todo este sub-continente atravessa, mas as medidas que tomámos em devido tempo, levam-nos a ter moderada confiança no futuro.

Angola - O processo de Paz criou legítimas expectativas neste mercado que a nossa presença naquele País há mais de 50 anos, permitirão aproveitar.

Europa Central e de Leste - Se bem que 2002 continue conhecido pela não adesão à União Europeia e pelo excesso de capacidade instalada, o acordo obtido para fixar a data em 2004, gera enormes expectativas.

Restantes Países - Continua a verificar-se um agravamento dos índices de concorrência em todos os concursos promovidos por Países em vias de desenvolvimento, apoiados por instituições financeiras internacionais.

Esta análise indica que a Mota & Companhia tem três mercados de enorme potencial, (Angola, Europa Central e de Leste), sendo que nos dois primeiros, temos hoje uma presença forte e reconhecida quer pelas autoridades locais, quer pelos nossos concorrentes.

Acreditamos assim que fizemos as apostas certas nesses mercados, não deixando de acreditar que, com a reestruturação efectuada no Perú e se a crise sul-americana não sofrer qualquer agravamento que afecte ainda mais aquele País, temos condições para que numa futura retoma (que obrigatoriamente acontecerá) estaremos extremamente bem posicionados.

4.2.1. – Angola

O ano de 2002 foi de elevada importância para a República de Angola, visto ter sido o ano do início da Paz.

Este factor abre por si, novas perspectivas para Angola, havendo expectativas optimistas para o desenvolvimento da economia, com particular ênfase para o mercado de obras públicas e construção civil.

Esta abertura do país ao exterior, promove por outro lado mais empresas estrangeiras no mercado, nomeadamente sul-africanas, o que originará uma concorrência mais efectiva.

O ano de 2002 foi ainda ano de relevo para a Mota & Companhia, uma vez que em Janeiro foi inaugurada pelo Ministro das Obras Públicas, a nova sede da Sucursal.

4.2.1.1. – Sucursal

O volume dos proveitos operacionais da Sucursal foi 53,3 milhões de dólares norte americanos. O volume dos proveitos teve um crescimento de 12,9% face a 2001 e superou em 14,8% o valor orçamentado.

Os custos operacionais da Sucursal foram de 41,9 milhões de dólares. Em 2001, o valor destes custos tinha sido de 43,2 milhões. O crescimento dos custos operacionais foi inferior ao dos proveitos, o que indica ganhos de escala.

No decorrer do ano de 2002, destacam-se as conclusões das obras de Reabilitação de 4 troços da Estrada de Namibe Lubango no valor de 8,9 milhões de Euros (obra patrocinada pelo FED) e a Regularização das Encostas do Morro Bento (obra promovida pela Sonangol), tendo o valor dos trabalhos atingido 5,9 milhões de dólares.

De realçar ainda a execução em três meses da Nova Ponte de Benfica (destruída no início do ano pela excessiva pluviosidade que se fez sentir), o começo das obras na Aerogare de Cabinda e a conclusão das obras do INAMET

(Instituto de Meteorologia) e Parque Heróis de Chaves, localizado nas traseiras da Assembleia da República.

Foram iniciadas as estradas Viana/Camama (10,1 milhões de dólares) e a Estrada Namibe - PK 77,7 (10,6 milhões); a auto-estrada Viana – Cacuaco foi adjudicada pelo valor de 21,4 milhões de dólares.

Dentro do plano de investimentos, estão ainda em curso o edifício habitacional em Cabinda composto por 18 fogos e área comercial e outro edifício no centro de Luanda composto por 13 fogos e área comercial. Por fim, iniciou-se em 2002 a construção de 65 moradias no designado Condomínio Mota, situado em Luanda Sul.

4.2.1.2. – Associadas

ICER

O saldo final do ano em termos comerciais foi positivo, com os proveitos com a venda de produtos a registarem um acréscimo de 1% comparativamente a 2001. A política comercial seguiu o caminho dos anos anteriores salientando-se uma participação mais arrojada em termos de imagem e de produtos na FILDA 2002 por forma a estar à altura do evento que este ano atraiu muitos visitantes.

A produção anual da Icer esteve em linha com o ano anterior e registou um acréscimo de 4,4% em número de unidades produzidas (7,7% em toneladas cozidas) a que correspondeu um incremento positivo de 8,8% em valor de produção.

No exercício ora findo, assim como nos anteriores, a estratégia da empresa privilegiou o relacionamento intra-grupo, com as reconhecidas sinergias de ação, assim como na manutenção e melhoria da sua carteira de clientes de qualidade do sector da construção civil.

PREFAL

Após um início de ano promissor, em que as metas definidas em termos de volume de vendas estavam a ser atingidas, a Prefal passou por um período de alguma dificuldade devido à Greve Geral que teve lugar durante o 2º Trimestre de 2002. No entanto, e graças ao elevado volume de negócios alcançado durante o 2º Semestre de 2002, a Prefal terminou o ano com vendas de 3,5 milhões de dólares desviando-se positivamente do previsto em orçamento em 264 mil dólares e alcançando uma taxa de crescimento homóloga de 5,03%.

A Prefal terminou o ano com um resultado líquido de 1,25 milhões de dólares, ultrapassando quer o previsto, quer o verificado em 2001, em 42 mil dólares e 221 mil dólares, respectivamente. A Prefal terminou o ano com uma margem operacional de 38,3%.

SONAUTA

Apesar de manter uma actividade operacional positiva, o comportamento da Sonauta foi, uma vez mais, fortemente afectado pela conjuntura cambial. Essa situação e as enormes dificuldades em ultrapassar os problemas inerentes à idade da sua frota, levou a que a empresa ficasse bastante aquém das previsões e encerrasse o ano com resultados negativos de 168 mil euros.

PAVITERRA

O incumprimento sistemático das obrigações contratuais por parte dos Organismos do Estado, ao longo dos últimos anos, no que se refere às datas e montantes a pagar, levou a Paviterra a tomar, em Maio de 1998, a decisão estratégica de apenas realizar obras para as quais existisse a certeza de recebimento.

Apesar do exposto, verificamos que, em relação ao ano de 2001, houve um acréscimo acentuado do investimento de Obras Públicas por parte de Organismos Estatais, assim como, um acréscimo muito acentuado nas obras em parceria com o Grupo.

Para o ano de 2003 a Paviterra, para além de outras obras que lhe venham a ser adjudicadas, tem a perspectiva de executar as seguintes:

1. Projecto dos Acessos e Infra-estruturas da Zona do Porto de Luanda, Secção 1 e 2 – INEA;
2. Soluções Pontuais/Samba-Mausoléu-INEA;
3. Pavimentação da Estrada de Viana-Camama – Mota-Engil;
4. Auto-Estrada em Luanda- INEA;
5. Projecto 5 Estradas Namibe/Lubango – INEA;
6. Projecto 5 Estradas Dombe Grande/Benguela – INEA.

AUTO-SUECO (ANGOLA)

A evolução económica favorável permitiu alcançar os seguintes indicadores:

1. Aumento do volume global de vendas de 10.779.316 dólares para 16.493.693 dólares (aumento percentual de 53%);
2. Manutenção da margem de vendas, pois que o ligeiro aumento notado (de 4,7%) reflecte o aumento do volume de vendas de “produtos novos”, com as consequentes despesas imediatas de preparação e outros encargos de compra.

Analizando o balanço, ressalta do mesmo uma situação económica e financeira saudável, o que naturalmente traduz uma gestão equilibrada tendo possibilitado a obtenção do Resultado Antes de Impostos no valor de 1.148.157 dólares.

4.2.2. – Europa Central e de Leste

4.2.2.1. – Polónia

Em 2002, o mercado de construção polaco sofreu o adiamento de grandes concursos para secções de auto-estradas e vias rápidas tornando a situação do sector ainda mais difícil.

Por outro lado, a recessão do sector verificada nos mercados da UE conduziu a tentativas de penetração de grandes empresas internacionais a necessitarem de conquistar o seu espaço no mercado e com capacidade para suportar custos de implantação elevados.

4.2.2.1.1. – Delegação

A delegação atingiu um volume de negócios de 54,8 milhões de zlotys, comparativamente com 4,8 milhões zlotys de 2001, devido à adjudicação de um grande contrato. Este facto influenciou positivamente o incremento de facturação das associadas KPRD e PBML.

O volume de negócios do ano de 2002 engloba essencialmente a continuação da execução da obra K6 em consórcio com a Dromex. O volume de negócios atingido neste contrato em 2002 cifrou-se em 47,2 milhões zlotys.

4.2.2.1.2. – Associadas

PBM LUBARTOW

O volume de negócios atingiu os 32,8 milhões de zlotys o que representa uma taxa de crescimento na ordem dos 28% quando comparado com o ano transacto.

Pelo primeiro ano, após a aquisição pelo Grupo, os Resultados Líquidos atingiram valores positivos no montante de 139 mil zlotys o que representa uma margem de 0,4% sobre proveitos. O Investimento cifrou-se em 4,1 milhões de zlotys.

KPRD

O volume de negócios atingiu os 118,1 milhões de zlotys o que representa uma taxa de crescimento na ordem dos 44% quando comparado com o ano transacto.

Os Resultados Líquidos atingiram valores positivos no montante de 849 mil zlotys. O Investimento cifrou-se em 10,2 milhões de zlotys. A Autonomia Financeira atingiu no final de 2002, 38%.

No seguimento da estratégia de reestruturação definida para a empresa, nomeadamente a extinção do modelo de organização baseado em delegações, extinção de 4 estaleiros (Mislowice, Nadowice, Nowy Targ e Wroclaw), diminuição do número de trabalhadores (120 em 2002) e custos fixos.

Implementação de uma estratégia comercial direcionada para eliminar o carácter regional da empresa, abandonando progressivamente os concursos não adequados à estrutura e tradição da empresa.

4.2.2.2. – República Checa

SEFIMOTA

O volume de negócios situou-se nos 418 milhões de coroas representando um crescimento do volume de negócios de 18,5% face ao ano anterior.

A actividade da Sefimota centra-se nas obras civis públicas e privadas, sendo de destacar em 2002 a conclusão da obra de Blatna, (lar de terceira idade para a cidade de Blatna) e o Prédio da Nikolajka.

Os resultados operacionais traduzem uma margem de 1%, um valor bem expressivo da competitividade do mercado de construção checo.

O resultado líquido foi de 2.150.481 coroas, acima dos 2.037.656 coroas orçamentados para o ano de 2002 e 75% acima dos verificados em 2001.

O total da carteira de encomendas, a 31 de Dezembro de 2002, aponta para 332 milhões de coroas de trabalhos para realizar durante 2003. A empresa

prevê contudo atingir em 2003 um volume de negócios superior ao verificado em 2002.

MORAVSKE POZEMNÍ STAVBY, AS

A MPS concluiu o seu segundo ano de plena actividade tendo atingido um volume de negócios de 132 milhões de coroas, um crescimento de 58% face ao ano anterior.

Os resultados operacionais cresceram, tendo-se atingindo 2.312.926 coroas (comparáveis com 435.703 coroas em 2001).

Os resultados líquidos foram de 1.090.346 coroas, claramente acima dos verificados no ano de 2001 (108.953 coroas). A empresa encontra-se numa situação positiva em termos de carteira de encomendas, apresentando um volume de obras para 2003 de 125 milhões de coroas.

M-INVEST, SRO

A M-Invest apresentou no final de 2002 um total de vendas de 132 milhões de coroas, acima do inicialmente orçado (123 milhões de coroas).

Dado a elevada qualidade do projecto da Nikolajka e o segmento alto a que se dirige, as vendas não apresentam uma velocidade idêntica aos projectos de gama baixa. Assim, estima-se que até ao final de 2003 se concluam as vendas deste projecto, que hoje em dia já se afirma como uma referência de edifícios no mercado imobiliário de Praga.

A M-Invest possui em carteira outras oportunidades de desenvolvimento imobiliário e continua a estudar propostas de adesão a novos projectos.

M-INVEST NEKLANOVA, AS

A M-Invest Neklanova iniciou a construção do seu projecto residencial "Nova Vyserard" em finais de 2002. Este projecto inclui 35 apartamentos, 4 escritórios e 1 loja comercial. Aguardamos a conclusão da obra em 2003.

4.2.3.- Perú

4.2.3.1 Enquadramento Geral

Durante o ano de 2002 o sector da construção no Perú recuperou 8,3% relativamente ao ano anterior. Este incremento esteve associado ao maior dinamismo do sector privado num contexto de recuperação da procura interna fundamentalmente de habitação social e autoconstrução. A reabilitação e expansão da infra-estrutura viária pelo sector público diminuiu 6% reflexo da menor actividade na construção e reabilitação de estradas. Os investimentos em infra-estruturas mineiras diminuíram ligeiramente consequência da envolvente da conjuntura internacional de que depende este mercado directamente.

4.2.3.2. Translei

A actividade da Translei, associada da Mota & Companhia para estes mercados, foi condicionada pela evolução negativa do mercado onde está inserida, obras públicas e mercado de infra-estruturas mineiras pelo que registou uma baixa de actividade em cerca de 26%, com a consequente reestruturação da Empresa para estes níveis de facturação. Num mercado altamente competitivo e com um excesso de capacidade de produção, a diminuição de margens operacionais é a consequência natural e imediata. Os resultados obtidos, residualmente negativos, demonstram a capacidade da empresa em se adaptar a novas situações e em superar as dificuldades conjunturais de Mercado preparando-se para a nova fase do ciclo económico Peruano que se prevê próximo.

À semelhança dos exercícios anteriores, a empresa concentrou grande parte da sua actividade junto das grandes companhias mineiras (clientes privados), principalmente no cliente tradicional (desde há mais de 10 anos), Mineira Yanacocha.

Pelas razões referidas o volume de negócios da empresa cifrou-se em 24,8 milhões de euros e os resultados líquidos foram negativos em 288 mil euros.

4.2.4. Moçambique

A presença da Mota & Companhia neste mercado continuará a ser a assegurada pela Emocil, que, durante o ano de 2002, atingiu um volume de produção de 82,7 mil milhões de meticais, equivalente a 3,5 milhões de dólares. Este valor representa um decréscimo de cerca de 25% relativamente ao ano de 2001 e menos 30% relativamente ao planificado para o ano.

Das obras concluídas em 2002, salientam-se as seguintes: Edifícios de Escritórios e Hotel em Lichinga; Edifícios da Direcção Provincial do Plano e Finanças em Lichinga; Instituto de Ciências de Saúde em Maputo; Moradia do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e Reabilitação da Escola Industrial da Matola.

Para o ano de 2003, das obras em curso há cerca de 1,4 milhões de dólares de trabalhos para realizar e mais 1 milhão de dólares no edifício de oito apartamentos a construir com investimento próprio, denominado Condomínio Ponta Vermelha.

4.2.5. - Benin

Consistindo esta empreitada na execução de um projecto de reabilitação e reforço de pavimentos numa extensão de 210 Km, entre Dassa e Parakou durante os primeiros meses de 2002, foram executados diversos estudos

técnicos de pesquisa das condições reais do pavimento existente para se definir a melhor solução técnico/económica a implementar.

Definida em Maio de 2002 a solução técnica para o 1º troço de estrada, na extensão de 55 Km, demos início em Julho ao arranque dos trabalhos de pavimentação propriamente ditos que consistem sobretudo na aplicação de massas betuminosas em camadas de base e desgaste, tendo sido executado até Dezembro/2002 45 Km de estrada deste troço.

4.2.6. - Chade

Com a adjudicação da execução do projecto da estrada N'Gaoundere-Touboro-Moundou na extensão de 135 Km, projecto este financiado pela União Europeia demos início em Abril de 2002 à mobilização de meios para a execução desta empreitada de logística algo complicada pela própria localização do País.

Concluída esta fase de trabalhos dentro do prazo previsto (Dezembro 2002), passamos a ter reunidas as condições necessárias, para darmos início aos trabalhos.

4.3. - Ambiente

4.3.1. - Referências Gerais

Durante o exercício de 2002 o Grupo Mota-Engil, - com consequências na actividade das associadas de Mota & Companhia que operam nestes segmentos -, viu-se na necessidade de proceder a uma reflexão estratégica nesta área de actividade procurando estabelecer prioridades nos investimentos possíveis ao mesmo tempo que se vê obrigado a aguardar, com alguma ansiedade, a esperada clarificação do papel a desempenhar pelas Empresas Privadas nesta área de negócio e, em particular, nos domínios da água e dos resíduos onde, actualmente, as Empresas Públicas desempenham um papel de

quase monopólio tendo vindo a ser reservado ao sector privado uma função marginal num mercado restrito onde as oportunidades de crescimento são, na actual conjuntura, quase inexistentes para este sector.

De referir ainda, com grande ênfase, o crescimento do crédito sobre clientes (Câmaras Municipais e Associações de Municípios) que, a manter-se em 2003 obrigará a uma tomada de medidas de emergência que obriguem as Câmaras e Associações de Municípios a respeitar as obrigações contratuais.

4.3.2. – Análise por Segmento

4.3.2.1. – Resíduos

Durante o exercício de 2002 a actividade das associadas de Mota & Companhia actuantes nesta área de negócios decorreu de um modo satisfatório tendo em conta a significativa paralisação verificada em termos de concursos públicos de prestação de serviços no âmbito da recolhe e limpeza urbana.

A Suma, detida maioritariamente pela Mota & Companhia, viu o seu volume de negócios resultante da actividade de limpeza urbana, recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos crescer globalmente de 23,2 milhões de euros em 2001 para 30,1 milhões de euros em 2002, ou seja, crescimento de 30% em 2002.

Igualmente, durante 2002 obtivemos uma licença ambiental para construir e explorar um aterro de resíduos industriais no Concelho do Seixal através da Ecodetra, detida a 24,5% pela Mota & Companhia. Prevemos iniciar a construção desse aterro em 2003 mediante um investimento estimado e 3,2 milhões de euros.

4.3.2.2. – Água

A participação da Mota & Companhia neste negócio faz-se mediante uma participação financeira de 14% na sociedade Indáqua.

A Indáqua é uma sociedade que se dedica, essencialmente, ao negócio das concessões de água e saneamento público. É, neste momento, detentora de 3 contratos de concessão nos concelhos de Fafe (Indáqua Fafe), Santo Tirso e Trofa (Indáqua Santo Tirso) e Santa Maria da Feira (Indáqua Feira).

Cumpre-nos evidenciar a destacada importância estratégica da Indáqua no mercado privado da água em Portugal tendo em conta os investimentos já realizados em imobilizado corpóreo no montante de Euro 40,6 milhões para o conjunto das concessões e até ao final de 2002, dos quais Euro 14,5 milhões respeitam ao exercício findo.

Decorrido um grande período de indefinição quanto ao papel a desempenhar pelas sociedades de direito privado neste sector de actividade, esperamos que as mudanças políticas verificadas em 2002 venham a permitir que, rapidamente, as empresas privadas passem a ter um papel determinante no futuro da gestão da agua em Portugal retomando, dessa forma, o caminho que havia sido delineado há cerca de 8 anos quando, face à abertura do mercado a privados, decidimos participar activamente num projecto accionista que originou a criação da Indáqua.

As alterações políticas verificadas em 2002, os compromissos assumidos pelo estado português até 2006 e as intenções já manifestadas por algumas Autarquias quanto à decisão de concessionar levam-nos a supor que os investimentos privados no negócio do ciclo da água voltarão a estar na ordem do dia e que os investidores privados terão aqui uma oportunidade para, valorizando os seus activos, contribuir para a melhoria do ambiente e, consequentemente, do bem-estar das populações.

4.4. – Imobiliário e Turismo

4.4.1. - Referências Gerais

4.4.1.1. – Imobiliário

Face à conjuntura actual, a existência de activos em carteira permite que os recursos humanos afectos a esta actividade se concentrem no seu desenvolvimento, com estudos e projectos que permitam a sua valorização e viabilização em termos urbanísticos. Prevemos, no entanto, lançar a curto prazo alguns empreendimentos que pela sua qualidade e localização consideramos que serão facilmente absorvidos pelo mercado.

A Actividade Imobiliária de 2002 foi também afectada, conforme referido, pelo atraso e indefinições provocadas pelas entidades licenciadoras, nomeadamente a Câmara Municipal do Porto, não tendo sido possível, conforme inicialmente previsto, avançar com os empreendimentos a desenvolver no terreno das antigas instalações da "Metalúrgica Duarte Ferreira", na Marginal do Douro e a 2^a Fase do empreendimento "Ribeira da Granja" localizado na Rua de Requesende, Porto.

Aguardamos que a Câmara Municipal do Porto, aprove a reformulação do projecto de loteamento dos nossos terrenos da "Quinta da China" situados na Marginal do Rio Douro, situação geradora de um enorme atraso no lançamento do empreendimento a promover neste terreno.

Aguardamos a aprovação pela Câmara Municipal de Lisboa do projecto de construção do "Edifício Báltico", a implantar num lote na Expo que adquirimos em Dezembro de 2000. Estamos, simultaneamente, a analisar a melhor forma de abordagem ao mercado na perspectiva da sua comercialização.

No entanto temos a salientar que durante o ano em análise:

1. Foram concluídos os "Lotes 10 e 11 da Galiza" (última fase do empreendimento Mota Galiza) encontrando-se já vendidos todos apartamentos;
2. Foi concluída a 1^a Fase do empreendimento da "Ribeira da Granja", estando já vendidas 50% das suas fracções;
3. O desenvolvimento do empreendimento "Alto de Perogil", em Tavira, decorreu a bom ritmo, com a sua construção em fase de conclusão, estando já vendido 47% do empreendimento;
4. Foram concluídas as obras de reconversão e adaptação da Casa da Calçada, em Amarante, referente às zonas habitacional e de comércio, e;
5. Prosseguiu o desenvolvimento dos estudos urbanísticos com vista à obtenção de um alvará de loteamento a desenvolver nos nossos terrenos da "Quinta da Torre", em Braga.

4.4.1.2. - Turismo

O sector de turismo mereceu em 2002 a nossa especial atenção, tendo levado a efeito acções de dinamização das diversas unidades que exploramos.

A nossa accção centralizou-se muito na fidelização de clientes assegurando serviços de qualidade que permitem consolidar e valorizar a nossa imagem quer no mercado interno quer externo.

Salientamos o início da construção das "Esplanadas das Tílias", junto à Estalagem da Casa da Calçada, com uma localização privilegiada sobre o rio Tâmega e em frente ao Mosteiro de S. Gonçalo em Amarante.

4.4.2. – Volume de Negócios e Resultados Líquidos

De seguida apresenta-se mapa comparativo de alguns indicadores das principais empresas do segmento de Promoção Imobiliária:

	AURIMOVE		
	2002	2001	var.
Proveitos Operacionais	5.006.044	5.397.995	-7%
Resultados Operacionais	466.567	196.223	138%
Resultado Líquido	274.328	383.209	-28%
Cash Flow	274.328	383.209	-28%
Capitais Próprios	4.359.797	4.010.715	9%
Activo Líquido	18.534.595	20.055.458	-8%

MOTADÓMUS

	2002	2001	var.
Proveitos Operacionais	102.503	0	-
Resultados Operacionais	-122.124	-172.653	29%
Resultado Líquido	127.976	117.423	9%
Cash Flow	130.736	186.239	-30%
Capitais Próprios	255.571	163.506	56%
Activo Líquido	8.016.508	8.093.631	-1%

MOTAVISO

	2002	2001	var.
Proveitos Operacionais	6.038.866	2.851.032	112%
Resultados Operacionais	312.348	189.775	65%
Resultado Líquido	113.490	99.020	15%
Cash Flow	113.490	99.020	15%
Capitais Próprios	727.854	614.363	18%
Activo Líquido	11.124.277	5.697.968	95%

e do segmento de Turismo:

RTA

	2002	2001	var.
Proveitos Operacionais	1.033.722	516.528	100%
Resultados Operacionais	-824.123	-671.597	-23%
Resultado Líquido	-410.731	1.061.370	-139%
Cash Flow	38.522	1.455.640	-97%
Capitais Próprios	7.593.038	9.154.065	-17%
Activo Líquido	21.195.463	20.108.867	5%

SGA

	2002	2001	var.
Proveitos Operacionais	368.346	419.171	-12%
Resultados Operacionais	-466.404	-345.603	-35%
Resultado Líquido	-293.708	-304.977	4%
Cash Flow	-17.530	-37.038	53%
Capitais Próprios	2.854.160	2.792.906	2%
Activo Líquido	4.834.519	4.595.324	5%

4.5. – Concessões Rodoviárias

Conforme é já do conhecimento dos Senhores Accionistas, as empresas onde participamos, são contabilizadas, durante a fase de investimentos, como participação financeira.

É de referir ainda que:

1. Foi adjudicado ao Consórcio que a Mota & Companhia lidera, a SCUT do Grande Porto. Esta concessão, que envolve um conjunto de cerca de 66 km de auto-estradas na região metropolitana do Porto, vem juntar-se à Concessão Norte (Aenor) e às SCUTS Costa de Prata e Beiras Litoral e Alta (IP5), anteriormente adjudicadas a consórcios liderados pela Mota-Engil, totalizando mais de 500 km de auto-estradas e investimentos da ordem dos 3,7 mil

milhões de euros. A Mota & Companhia, que foi um dos pioneiros no mercado de concessões rodoviárias em Portugal através da participação na Lusoponte, passa agora a ser, em conjunto com a Engil, como maior accionista destas quatro concessões, concessionário de uma rede integrada de auto-estradas no Norte de Portugal, que possibilitará a ligação entre as principais cidades da região, e proporcionará a mais conveniente ligação com Espanha. Consolida-se assim a posição em concessionárias que, no seu conjunto, constituem o segundo maior operador privado de infra-estruturas rodoviárias em Portugal e um dos maiores da Europa.

2. Na Grécia, o Consórcio Odopoesis, liderado pelo Grupo Mota-Engil e também com participação da Mota & Companhia, em conjunto com o Grupo Acciona (Espanha), e composto ainda pelo Banco Espírito Santo e pelos construtores locais Michaniki e Themeliodomi, foi pré-qualificado para o concurso internacional para a concessão do projecto Corinto-Tripoli-Kalamata/Lefktron-Sparti, que envolve a concepção, projecto, construção, financiamento e exploração, em regime de portagens reais, de cerca de 193 kms de auto-estradas, dos quais 81 km para construir de raiz.

3. O Consórcio Togher Toll, liderado Grupo Mota-Engil e igualmente com participação da Mota & Companhia, em conjunto com o Grupo Acciona (Espanha) e a Mowlem (Inglaterra), e composto ainda pelo Banco Espírito Santo e pelos construtores locais Coffey e Priority, foi pré-qualificado e apresentou proposta para o concurso internacional para a concessão do projecto N8 Rathcormac to Fermoy Bypass, que envolve a concepção, projecto, construção, financiamento e exploração, em regime de portagens reais, de cerca de 18 km de auto-estradas na República da Irlanda.

4. Os grandes atrasos verificados, por motivos não imputáveis às Concessionárias, no normal desenvolvimento e, portanto, no arranque dos trabalhos de construção das Concessões Norte e Costa de Prata afectaram,

severamente, como não podia deixar de ser, a facturação da Mota & Companhia e da Engil no exercício em análise.

Acreditamos sinceramente, face à nova dinâmica de coordenação entre os Serviços do Concedente, Instituto das Estradas de Portugal, e os Serviço do Ministério do Ambiente, se verifique ao longo do ano de 2003 o desbloqueamento de todos os condicionalismos.

5. - Análise Económico-Financeira

O Volume de Negócios de Mota & Companhia, SA ascendeu a 316 milhões de euros, com Resultados Operacionais de 20.655.462 euros o que significa uma Margem "EBIT", sobre os proveitos operacionais de 6,5%. Comparativamente a 2001, estas grandezas representam um crescimento de 15% ao nível dos proveitos operacionais e de 13% ao nível dos resultados operacionais, com uma muito ligeira redução (0,1%) da Margem "EBIT" face a 2001.

Se considerarmos as Amortizações e Provisões do Exercício, que em 2002 ascenderam a 21.187.868 euros, conclui-se que o "EBITDA" foi de 41.843.330 euros o que representa uma Margem "EBITDA", sobre os proveitos operacionais, de 13,3% (13,2% em 2001).

O Resultado Líquido, em 2002, ascendeu a 4.844.722 euros, face a 7.853.405 euros em 2001.

O "Cash-Flow" Líquido do exercício totalizou o montante de 25.390.548 euros, contra 25.807.290 euros.

O Capital Próprio da sociedade situava-se, em 31 de Dezembro de 2002, em 153.835.394 euros.

O Activo Líquido era em 31 de Dezembro de 2002 de 574.172.727 euros, sendo o índice de Autonomia Financeira (Capitais Próprios/Activo Líquido) de 26,8%.

O investimento em Imobilizado Técnico realizado em 2002 totalizou 21.710.532 euros.

A Carteira de Encomendas da empresa ascendia, em 31 de Dezembro de 2002, a 646,7 milhões de euros.

A Mota & Companhia, SA não tem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social.

6. - Perspectivas

Tendo em as condições da economia e a conjuntura dos sectores de actividade em que a Mota & Companhia e suas associadas operam, e conjugando esses factores com o momento importante da vida da sociedade (pela anunciada fusão com a Engil, SA e a Mota-Engil Internacional, SA), para o ano de 2003, expectamos:

1. consolidação orgânica da maior empresa nacional de Construção;
2. ligeiro crescimento da actividade (medida pelo volume de proveitos operacionais) sempre dependente da redução de importância dos factores negativos que afectaram o ano de 2002;
3. manutenção dos níveis de rendabilidade operacional, apesar do crescimento da concorrência nos principais mercados de intervenção da Mota & Companhia (pela concretização dos efeitos das sinergias decorrentes da reorganização orgânica).

7. – Proposta do Conselho de Administração para a Aplicação dos Resultados do Exercício da Mota & Companhia, SA

O Conselho de Administração da Mota & Companhia, SA propõe à Assembleia Geral Anual, a seguinte distribuição dos Resultados Líquidos do exercício, no valor de 4.844.721,61 euros:

- a) Para reserva legal, 5% correspondentes a 242.236,08 euros;
- b) Para distribuição pelo Conselho de Administração nos termos do artigo 22º, nº 2 dos Estatutos o montante de 190.000,00 euros, correspondentes a cerca de 4%;
- c) Para distribuição pelos Quadros da Sociedade, a título de participação nos lucros, o valor global de 500.000,00 euros;
- d) Para distribuição aos Accionistas, Euro 0,25 por acção, cativos de impostos, o valor global de 3.500.000,00 euros;
- e) Para reservas livres, o remanescente, no valor de 412.485,53 euros.

8. – Nota Final

Resta agradecer o empenhamento pessoal e profissional de todos os colaboradores do Grupo, dos membros dos Órgãos Sociais, dos clientes e de todos quantos se relacionaram com as suas diversas empresas.

Porto, 19 de Fevereiro de 2003

O Conselho de Administração,

Dra. Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota
Presidente

Eng. Mário Jorge de Melo Faria de Barros
Vice-Presidente Executivo

Dra. Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota
Vogal

Eng. Fernando Manuel Pereira de Lima Roseira
Vogal

Eng. Luís José Donas Boto Vaz Pato
Vogal

Eng. Luís Miguel Côrte-Real Faria de Magalhães
Vogal

Eng. Paulo José Ferreira de Sousa Dias Pinheiro
Vogal

INFORMAÇÃO PRESTADA NOS TERMOS DO DISPOSTO NO NÚMERO CINCO DO ARTIGO 447º E NO NÚMERO QUATRO DO ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

	Detendo, em 2002.12.31 acções de															
	MOTA-ENGIL, SGPS, SA				ALGOSI, SGPS, SA		VALLIS, SGPS, SA		MGP, SGPS, SA		SOMOTA, SGPS, SA				FM, SGPS, SA	
	Qt.I	Mov.	Qt.F	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.	%	Qt.I	Mov.	Qt.F	%	Qt.	%
MARIA MANUELA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA (DR ^a) E CÔNJUGE	2.025.005	0	2.025.005	1,0	539	5,4	2.156	10,8	240.000	4,0	35.424	0	35.424	3,5	10.290	20,6
MARIA TERESA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA (DR ^a) E CÔNJUGE	2.100.000	0	2.100.000	1,0	539	5,4	2.156	10,8	240.000	4,0	35.424	0	35.424	3,5	10.290	20,6
MÁRIO JORGE DE MELO FARIA DE BARROS (ENG ^o) E CÔNJUGE	62.390	0	62.390	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	28	0	28	0,0	0	0,0
LUIS JOSÉ DONAS BOTO VAZ PATO (ENG ^o) E CÔNJUGE	24.065	-24.065	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
MANUEL TEIXEIRA MENDES (ENG ^o) E CÔNJUGE	25.000	0	25.000	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	58	0	58	0,0	0	0,0
MARCOS LEVI SAMPAIO CAETANO RAMALHO (ENG ^o)	22.280	0	22.280	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
LUIS GONZAGA BRAGA DE MADUREIRA (DR.) E CÔNJUGE	15.290	0	15.290	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
MOTA GESTÃO E PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA	69.187.566	-713.917	68.473.649	33,5	2.550	25,5	10.200	51,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
ALGOSI - GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SGPS, SA	39.635.345	0	39.635.345	19,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
VALLIS - SGPS, SA	39.635.305	0	39.635.305	19,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	0	0,0	0	0,0
SOMOTA, SGPS, SA	0	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4.200.000	70,0	0	0	0	0,0	0	0,0
FM, SGPS, SA	0	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	587.799	186	587.985	58,8	0	0,0

Os restantes membros dos Órgãos Sociais não são titulares dos valores mobiliários em causa.

Informação Prestada nos Termos do Disposto na Alínea E) do Número Um do Artigo Sexto do Regulamento da CMVM 11/2000

MOTA – ENGIL, SGPS, SA. por escritura de 31 de Julho de 2001, no 1º Cartório Notarial de Lisboa, ficou a dominar totalmente a sociedade Mota & Companhia, SA encontrando-se registada essa aquisição desde 8 de Agosto de 2001, tendo sido a deliberação de manutenção do domínio total igualmente registada na Conservatória do Registo Comercial de Amarante, em 2 de Maio de 2002.

Activo	2002			2001
	AB	AP	AL	AL
Imobilizado:				
Imobilizações incóporeas:				
Despesas de instalação.....	3.813.914	3.770.842	43.072	174.318
Despesas de investigação e desenvolvimento.....	0	0	0	0
Propriedade industrial e outros direitos.....	233.734	0	233.734	183.855
Trespasses.....	0	0	0	0
Imobilizações em curso.....	279.509	0	279.509	191.764
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas.....	0	0	0	0
	4.327.157	3.770.842	556.315	549.937
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais.....	15.283.953	0	15.283.953	14.270.045
Edifícios e outras construções.....	40.153.570	6.947.532	33.206.038	24.943.668
Equipamento básico.....	122.083.584	78.335.016	43.748.568	35.121.086
Equipamento de transporte	58.142.715	37.334.414	20.808.301	13.488.004
Ferramentas e utensílios.....	3.764.812	2.675.368	1.089.444	1.069.496
Equipamento administrativo.....	10.530.240	6.313.598	4.216.642	3.419.663
Taras e vasilhame.....	0	0	0	0
Outras Imobilizações Corpóreas.....	0	0	0	0
Imobilizações em curso.....	18.271.405	0	18.271.405	21.311.831
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas.....	3.973.787	0	3.973.787	2.913.137
	272.204.067	131.605.929	140.598.138	116.536.930
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo.....	34.634.069	0	34.634.069	29.585.459
Empréstimos a empresas do grupo.....	220.033	0	220.033	220.033
Partes de capital em empresas associadas.....	11.816.975	0	11.816.975	21.614.680
Empréstimos a empresas associadas.....	860.352	0	860.352	1.268.216
Títulos e outras aplicações financeiras.....	50.374.278	962.045	49.412.233	47.341.306
Outros empréstimos concedidos.....	4.189.991	0	4.189.991	2.977.065
Imobilizações em curso.....	362.353	0	362.353	634.083
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros.....	96.951	0	96.951	73.800
	102.555.002	962.045	101.592.957	103.714.642
Circulante:				
Existências				
Matérias-primas,subsidiárias e de consumo.....	17.341.679	89.394	17.252.285	21.361.920
Produtos e trabalhos em curso.....	7.400.640	0	7.400.640	5.453.584
Subprodutos,desperdícios,resíduos e refugos	0	0	0	0
Produtos acabados e intermédios.....	5.368.064	0	5.368.064	3.341.558
Mercadorias.....	17.627.118	0	17.627.118	13.214.801
Adiantamentos por conta de compras.....	594.987	0	594.987	1.240.659
	48.332.489	89.394	48.243.095	44.612.522
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
Clientes c/c.....	10.954.082	0	10.954.082	10.962.219
Clientes - Títulos a Receber.....	13.822.798	0	13.822.798	13.822.798
Empresas participadas e participantes.....	0	0	0	0
	24.776.880	0	24.776.880	24.785.017
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
Clientes c/c.....	105.636.394	494.490	105.141.904	98.365.871
Clientes - Títulos a Receber.....	9.920.150	0	9.920.150	12.391.543
Clientes de cobrança duvidosa.....	433.977	304.544	129.433	3.217
Empresas grupo.....	30.707.860	0	30.707.860	30.121.502
Empresas participadas e participantes.....	8.076.464	0	8.076.464	5.947.625
Outros accionistas (sócios).....	3.503	0	3.503	1.694
Adiantamentos a fornecedores.....	4.659.242	0	4.659.242	2.460.798
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado.....	0	0	0	0
Estado e outros entes públicos.....	477.448	0	477.448	314.183
Outros devedores.....	18.094.220	121.424	17.972.796	18.375.459
Subscritores de capital.....	0	0	0	0
	178.009.258	920.458	177.088.799	167.981.892
Títulos negociáveis:				
Acções em empresas do grupo.....	0	0	0	0
Obrigações e tit. de participação em empresas do grupo.....	0	0	0	0
Acções em empresas associadas.....	0	0	0	0
Obrigações e tit. de participação em empresas associadas.....	0	0	0	0
Outros títulos negociáveis.....	0	0	0	0
Outras aplicações de tesouraria.....	0	0	0	0
	0	0	0	0
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários.....	6.015.601	0	6.015.601	8.667.251
Caixa.....	584.027	0	584.027	389.168
	6.599.628	0	6.599.628	9.056.419
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de provéitos.....	49.679.573	0	49.679.573	58.640.401
Custos diferidos.....	17.313.089	0	17.313.089	7.444.329
Ajustes diários diferidos contratos de futuros.....	0	0	0	0
Activos por impostos diferidos.....	7.724.252	0	7.724.252	
	74.716.914	0	74.716.914	66.084.730
Total de amortizações		136.335.523		
Total de provisões		1.013.145		
Total do activo	711.521.395	137.348.668	574.172.727	533.322.089

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

Unidades: EUROS

Capital próprio e passivo	2002	2001
Capital próprio:		
Capital.....	70.000.000	70.000.000
Acções (quotas) próprias- Valor nominal.....	0	0
Acções (quotas) próprias- Descontos e prémios.....	0	0
Prestações suplementares.....	0	0
Prémios de emissão de acções (quotas).....	76.397.183	76.397.183
Ajustamentos de partes de capital.....	(30.832.947)	(25.222.729)
Reservas de reavaliação.....	19.401.986	19.690.029
 Reservas:		
Reservas legais.....	6.275.214	5.882.544
Reservas estatutárias.....	0	0
Reservas contratuais.....	0	0
Outras reservas.....	12.160.278	11.004.543
 Resultados transitados.....	(4.411.042)	(3.031.003)
 Subtotal.....	148.990.672	154.720.567
 Resultado Líquido do exercício.....	4.844.722	7.853.405
Dividendos antecipados.....	0	0
 Total do Capital Próprio.....	153.835.394	162.573.972
 Passivo:		
Provisões para riscos e encargos		
Provisões para pensões.....	0	0
Provisões para impostos.....	0	0
Outras provisões para riscos e encargos.....	13.408.102	21.136.275
	13.408.102	21.136.275
 Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis.....	29.925.000	62.346.863
Empréstimos por títulos de participação.....	0	0
Dívidas a instituições de crédito.....	28.124.500	24.615.136
Adiantamentos por conta de vendas.....	32.395.774	15.899.523
Empresas do grupo.....	29.513.661	24.974.591
Outros accionistas (sócios).....	0	77.253
Outros empréstimos obtidos.....	14.774.820	29.583.388
Fornecedores de imobilizado, c/c.....	19.547.639	16.734.877
	154.281.394	174.231.631
 Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Empréstimos por obrigações:		
Nao convertíveis.....	32.421.863	0
Empréstimos por títulos de participação.....	0	0
Dívidas a instituições de crédito.....	85.485.885	34.533.555
Adiantamentos por conta de vendas.....	0	0
Fornecedores, c/c.....	66.083.877	85.334.686
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência.....	0	0
Fornecedores - Títulos a pagar.....	7.203.947	2.515.263
Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar.....	0	0
Empresas do grupo.....	82.898	237.246
Empresas participadas e participantes.....	0	0
Outros accionistas (sócios).....	35.937	36.063
Adiantamentos de clientes.....	0	0
Outros empréstimos obtidos.....	14.844.332	0
Fornecedores de imobilizado, c/c.....	14.946.793	13.049.102
Estado e outros entes públicos.....	4.129.082	6.392.250
Outros credores.....	3.282.895	6.813.394
	228.517.508	148.911.559
 Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos.....	6.443.392	5.434.295
Proveitos diferidos.....	10.734.301	21.034.357
Passivos por impostos diferidos.....	6.952.635	
	24.130.328	26.468.652
 Total do passivo.....	420.337.333	370.748.117
Total do capital próprio e do passivo.....	574.172.727	533.322.089

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

Unidade: EUROS

	2002		2001	
Custos e perdas				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias.....	323.111		1.004.262	
Matérias	51.763.360	52.086.471	47.735.863	48.740.125
Fornecimentos e serviços externos.....		172.254.488		138.560.247
Custos com o pessoal :				
Remunerações	39.694.034		38.746.916	
Encargos sociais :				
Pensões	196.736		135.341	
Outros	8.306.729	48.197.499	8.648.306	47.530.563
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	19.227.265		17.607.555	
Provisões	276.215	19.503.480	187.183	17.794.738
Impostos	845.785		1.774.254	
Outros custos e perdas operacionais	2.210.335	3.056.120	1.672.742	3.446.997
(A)		295.098.058		256.072.669
Perdas em empresas do grupo e associadas.....	1.047.009		0	
Amort. e provisões de aplicações e inv. financeiros	1.684.388		159.417	
Juros e custos similares:				
Relativo a empresas do grupo	1.099.899		0	
Outros	17.994.714	21.826.010	18.174.074	18.333.491
(C)		316.924.068		274.406.160
Custos e perdas extraordinários		8.141.052		6.221.556
(E)		325.065.120		280.627.716
Imposto sobre o rendimento do exercício		(814.950)		560.726
(G)		324.250.170		281.188.442
Resultado líquido do exercício		4.844.722		7.853.405
		329.094.891		289.041.847
Proveitos e ganhos				
Vendas:				
Mercadorias.....	364.088		1.397.453	
Produtos	17.479.053		19.885.685	
Prestações de serviços.....	268.547.359	286.390.501	235.352.492	256.635.630
Variação da produção		3.862.263		1.964.046
Trabalhos para a própria empresa.....		13.291.656		10.577.276
Proveitos Suplementares.....	608.890		249.564	
Subsídios à exploração.....	654.095		464.449	
Outros proveitos e ganhos operacionais	10.946.115	12.209.099	4.514.622	5.228.635
		315.753.519		274.405.587
Ganhos em empresas do grupo e associadas.....	4.873.681		3.417.633	
Rendimentos de participações de capital.....	0		595	
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplic. Financeiras:				
Relativo a empresas do grupo	0		0	
Outros	474.046		300.819	
Outros juros e proveitos similares:				
Relativo a empresas do grupo	630.295		0	
Outros	2.646.273	8.624.294	5.965.894	9.684.941
(D)		324.377.814		284.090.528
Proveitos e ganhos extraordinários		4.717.078		4.951.319
(F)		329.094.891		289.041.847
RESUMO :				
Resultados operacionais : (B) - (A) =	20.655.462		18.332.917	
Resultados financeiros : (D-B) - (C-A) =	(13.201.716)		(8.648.550)	
Resultados correntes : (D) - (C) =	7.453.746		9.684.368	
Resultados antes de impostos : (F) - (E) =	4.029.771		8.414.131	
Resultado Líquido do Exercício: (F)-(G)=.....	4.844.722		7.853.405	

DEMONSTRAÇÃO POR FUNÇÕES DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2002

Unidade: Euros

	2002	2001
Vendas e prestações de serviços	286.390.501	256.635.630
Custo das vendas e das prestações de serviços	-279.164.393	-239.788.095
Resultado bruto	7.226.108	16.847.535
Outros proveitos e ganhos operacionais	29.363.019	22.721.276
Custos de distribuição	0	0
Custos administrativos	-12.601.330	-12.837.577
Outros custos e perdas operacionais	-6.756.309	-9.668.553
Resultado operacional	17.231.488	17.062.681
Custo líquido de financiamento	-15.818.045	-12.066.183
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	3.184.630	3.417.633
Ganhos (perdas) em outros investimentos	-568.301	0
Resultado corrente	4.029.771	8.414.131
Imposto sobre os resultados correntes	814.950	-560.726
Resultado corrente após imposto	4.844.722	7.853.405
Resultados extraordinários	0	0
Impostos sobre os resultados extraordinários	0	0
Resultado líquido	4.844.722	7.853.405

O Técnico de Contas

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Unidade: Euros

	2002		2001	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS				
(+)Recebimentos de clientes.....	264.027.662		252.987.429	
(-)Pagamentos a fornecedores.....	(208.750.694)		(135.627.121)	
(-)Pagamentos ao pessoal.....	(33.990.787)		(33.096.891)	
Fluxo gerado pelas operações.....	21.286.181		84.263.417	
(-/+)(-)Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento.....	(1.682.892)		(612.774)	
(+/-)Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional.....	(26.483.667)		(29.403.936)	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias.....	(28.166.558)		(30.016.710)	
(+)Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias.....	1.001.465		494.463	
(-)Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias.....	(311.191)		(556.754)	
Fluxos de actividades operacionais[1].....		(6.190.104)		54.184.416
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
(+)Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros.....	3.974.165		254.638	
Imobilizações corpóreas.....	1.312.820		3.523.253	
Imobilizações incorpóreas.....	0		136	
Subsídios de investimento.....	0		1.381.222	
Juros e proveitos similares.....	288.223		185.288	
Dividendos.....	215.453		645.655	
Outros.....	0	5.790.661	0	5.990.192
(-)Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros.....	(1.006.269)		(6.195.147)	
Imobilizações corpóreas.....	(13.489.879)		(3.997.043)	
Imobilizações incorpóreas.....	(2.128.440)		0	
Outros.....	(9.848.604)	(26.473.193)	(9.967.323)	(20.159.514)
Fluxo das actividades de investimento[2].....		(20.682.532)		(14.169.322)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
(+)Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos.....	58.193.875		0	
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão.....	0		0	
Subsídios e doações.....	16.527		412.066	
Venda de acções(quotas)próprias.....	0		0	
Cobertura de prejuízos.....	0		0	
Outros.....	830	58.211.231	0	412.066
(-)Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos.....	0		(7.865.434)	
Amortizações de contratos de locação financeira.....	(13.996.181)		(9.698.318)	
Juros e custos similares.....	(13.011.098)		(19.292.181)	
Dividendos.....	(5.677.485)		(5.787.952)	
Reduções de capital e prestações suplementares.....	0		0	
Aquisição de acções (quotas) próprias.....	0		0	
Outros.....	0	(32.684.764)	0	(42.643.885)
Fluxo das actividades de financiamento[3].....		25.526.467		(42.231.819)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3].....		(1.346.169)		(2.216.725)
Efeito das diferenças de câmbio.....		(1.110.624)		(56.528)
Caixa e seus equivalentes no início do período.....		9.056.419		11.329.671
Caixa e seus equivalentes no fim do período.....		6.599.628		9.056.419

Anexo às Demonstrações Financeiras

MOTA & COMPANHIA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

(Montantes expressos em Euros – Eur)

NOTA INTRODUTÓRIA

A MOTA & COMPANHIA, S.A. ("Empresa"), com sede na Casa da Calçada, em Amarante, foi constituída em 29 de Junho de 1946 e tem como actividade principal a execução, mediante contrato de empreitada, de obras públicas e particulares, obras de saneamento básico, recolha, tratamento de resíduos sólidos ou líquidos, a promoção, construção e venda, de conta própria, de empreendimentos imobiliários e turísticos, a compra de terrenos e prédios para venda, a elaboração de estudos técnicos de engenharia e a montagem de equipamento e o exercício da actividade de agro-pecuárias e florestais.

As notas que seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade e aquelas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. DERROGAÇÃO A PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS

A Empresa não aplicou estritamente o método da equivalência patrimonial por se considerar que elaborando demonstrações financeiras consolidadas a utilização do referido método nas contas individuais, não traduziria uma imagem apropriada do valor daqueles investimentos financeiros.

2. COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO

Conforme referido na Nota 6 a Empresa aplicou a Directriz Contabilística nº 28 tendo registado pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 os activos e passivos por impostos diferidos resultantes das diferenças temporais entre o resultado contabilístico e fiscal, bem como os derivados de prejuízos reportáveis.

O efeito desta alteração de políticas contabilísticas provocou uma diminuição dos capitais próprios a 1 de Janeiro de 2002 e um aumento do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 de Euros 723.997 e Euros 1.495.615, respectivamente.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORMÉTRICOS

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal. No entanto, o Conselho de Administração da Empresa entende que aquelas demonstrações financeiras irão ser aprovadas sem alterações significativas pela Assembleia Geral de Accionistas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas basicamente por despesas de instalação, concessões e licenças, aumentos de capital e estudos, as quais são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período médio de 3 anos. Os custos incorridos com estudos e projectos para obras em processo de adjudicação, são capitalizados em imobilizações em curso, até resolução final do concurso, momento após o qual são reconhecidos como custo na totalidade, caso a respectiva obra não seja adjudicada à Empresa ou, caso contrário, por um período de três anos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1992, bem como os terrenos e edifícios adquiridos até 31 de Dezembro de 1997, encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquelas datas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas sobre o valor reavaliado ou sobre o valor histórico conforme aplicável, segundo o método das quotas constantes, de acordo com as vidas úteis estimadas dos activos apresentadas a seguir, excepto quanto às taxas aplicadas ao equipamento básico, as quais são indexadas à taxa de ocupação efectiva verificada no exercício, mas mantendo-se dentro dos limites legais.

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	8 a 50
Equipamento básico	3 a 10
Ferramentas e utensílios	3 a 6
Equipamento de transporte	3 a 10
Equipamento administrativo	4 a 10

As despesas incorridas com grandes reparações são amortizadas num período que varia entre 2 e 5 anos e os correspondentes valores líquidos em 31 de Dezembro de 2002, ascendem ao montante de Eur 3.644.640. As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos das imobilizações corpóreas, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira ou re-locação financeira, bem como as correspondentes parcelas de capital incluídas nas rendas, são contabilizados pelo método financeiro, sendo amortizados de acordo com as vidas úteis estimadas referidas na alínea anterior (Nota 15). De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente parcela de capital incluída nas rendas é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas, são registados como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

A Empresa aplica o método da equivalência patrimonial aos investimentos em partes de capital em empresas do grupo e associadas, excepto para as empresas cujo objectivo é a sua alienação e que se encontram registadas ao custo de aquisição. Na sequência da aplicação deste método: (i) as diferenças apuradas entre o custo de aquisição das participações financeiras e o correspondente valor nos capitais próprios reportada a 1 de Janeiro de 1992 , data da primeira aplicação deste método pela Empresa,as diferenças negativas na data de compra, bem como os valores imputáveis derivados de variações nos capitais próprios das empresas participadas que não respeitem a resultados são registadas na rubrica "Ajustamentos de capital em filiais e associadas" (Nota 40); e (ii) as diferenças positivas apuradas nas aquisições posteriores a 1 de Janeiro de 1992 são reconhecidas no resultado do exercício, em geral, num período máximo de 20 anos Adicionalmente, no final de cada exercício a participação da Empresa nos resultados destas participadas é acrescida ou reduzida, conforme se trate de lucros ou perdas, respectivamente, no valor de activo destes investimentos com contrapartida dos resultados financeiros (Nota 45), bem como os dividendos recebidos são diminuídos ao valor do investimento.

Os restantes investimentos financeiros em partes de capital encontram-se registados ao custo de aquisição e está constituída uma provisão para os reduzir ao seu valor de mercado. Os empréstimos concedidos a empresas do grupo e associadas, assim como os empréstimos obtidos dos accionistas, estão registados ao seu valor nominal.

e) Existências

As mercadorias (basicamente terrenos para desenvolvimentos imobiliários e fracções de edifícios para venda),bem como as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado (Nota 34).

Os produtos acabados (que incluem fracções não vendidas dos lotes em curso relativos a empreendimentos imobiliários) e os produtos e trabalhos em curso, encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico bem como os custos com subcontratos.

f) Provisões para créditos de cobrança duvidosa

As provisões para créditos de cobrança duvidosa foram calculadas com base na avaliação global das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores, assim como em consonância com critérios fiscais (Nota 34).

g) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas despesas e receitas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas "Acréscimos e diferimentos" (Nota 48).

h) Pensões e complemento de pensões

A Empresa assumiu o compromisso de conceder a alguns dos seus ex-empregados (34 pessoas) prestações pecuniárias a título de complemento de pensões e pensões de reforma, cujos valores pagos são registados como custos na data do seu pagamento (no exercício de 2002, ascenderam a, aproximadamente, Eur 392.436) e cuja concessão não é obrigatória, cabendo a sua atribuição ao Conselho de Administração. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa tem constituída

uma provisão de, aproximadamente, Eur 1.750.000, registada na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos", que visa dar cobertura às responsabilidades assumidas até aquela data, ainda que não se encontre disponível um estudo actuarial que permita a quantificação exacta daquelas responsabilidades (Nota 34).

i) Reconhecimento de custos e proveitos em obras

Em geral segue-se o procedimento de reconhecer em cada exercício, como resultado das suas obras, a diferença entre a produção e os custos incorridos durante o exercício, dado que nestes sectores de actividade, os proveitos e custos das obras e serviços podem sofrer importantes alterações durante o período de execução, que são de difícil antecipação e quantificação objectiva. Seguidamente resume-se os diferentes tipos de obras:

Obras públicas e obras de construção civil de longa duração- Em geral, nos contratos de prestação de serviços, a Empresa reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método de percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos até uma determinada data e a soma desses custos com os custos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores facturados, são levados às rubricas do balanço "Acréscimos de proveitos" ou "Proveitos diferidos" (Nota 48).

Relativamente aos contratos de prestação de serviços realizados pelas Sucursais de Angola e Moçambique, os proveitos são registados com base em autos de medição da obra realizada sendo as diferenças positivas ou negativas com a facturação efectuada, calculadas contrato a contrato, apresentadas nas rubricas do balanço "Acréscimos de proveitos" ou "Proveitos diferidos" respectivamente (Nota 48).

Obras públicas de curta duração - Nestes contratos de prestações de serviços a Empresa reconhece os proveitos e custos à medida em que se facturam e incorrem, respectivamente.

Por último, na actividade imobiliária a Empresa regista as vendas e correspondente custo das fracções no momento em que existe expectativa, pelas condições contratuais, de que os clientes irão liquidar a prestação referente à entrega das chaves, na maior parte dos casos na data do contrato de promessa de compra e venda. Contudo, o resultado obtido com estas vendas é ponderado pela percentagem de acabamento do lote respectivo, determinado pela relação entre os custos incorridos em cada lote até uma determinada data e a soma desses custos com os custos estimados totais para completar o respectivo lote.

j) Sucursais no estrangeiro

Em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações financeiras das sucursais no estrangeiro, para além da Sucursal de Moçambique, foram integradas nas demonstrações financeiras da Empresa, tendo sido eliminadas as transacções com elas efectuadas e as diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros destas foram directamente incluídas no capital próprio (Nota 40). A Sucursal de Moçambique foi integrada ao nível das rubricas de custos e proveitos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo que ao nível das rubricas de balanço, o seu efeito encontra-se concentrado na rubrica de Outros devedores. Seguidamente apresenta-se um resumo da informação relativa às sucursais no estrangeiro:

	Angola	Moçambique	Benim	Tchade	Polónia	Hungria	R. Checa
Activos							
Fixos	29,687,764	85,071	150,516	2,134,000	1,057,378	0	58,463
Activo Circulante	51,912,740	4,418,916	7,147,117	8,841,318	7,408,759	1,327,990	371,277
Passivos	38,733,475	5,300,984	7,310,940	10,964,850	9,074,447	2,970,554	576,682

I) Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem a obras de construção executadas pela Empresa para ela própria, bem como grandes reparações de equipamentos e custos incorridos com estudos e projectos para obras. Estes trabalhos incorporam custos com materiais empregues, fornecimentos de terceiros, mão de obra directa e gastos gerais.

m) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de cada ano publicadas pelo Banco de Portugal, excepto para o mencionado no parágrafo seguinte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas pelo montante líquido como proveitos ou custos na demonstração de resultados do exercício.

Adicionalmente as dívidas de terceiros a médio e longo prazo, correspondentes a contas a receber de países africanos, foram registadas à taxa de câmbio Usd/Eur, vigente na data da passagem de curto para médio e longo prazo, inferior à taxa de câmbio à data do balanço. As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras das Sucursais e das utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial das filiais e associadas são registadas directamente na rubrica "Ajustamentos em partes de capital" (Nota 40).

n) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura (Nota 6.,anexas.

o) Obras públicas em regime de Agrupamento Complementar de Empresas (ACE):

As obras públicas realizadas em regime de ACE (Nota 48.e) são contabilizadas da forma que segue: (i) o ACE contabiliza todos os custos necessários à realização dos trabalhos, incluindo os que lhe forem debitados pelas agrupadas em função de cedências de mão de obra, equipamento, ou outras, ou mesmo por subempreitadas adjudicadas; (ii) posteriormente o ACE debita a cada uma das agrupadas, repartindo-os na respectiva percentagem de participação, todos os custos por si suportados e registados; (iii) por sua vez o ACE factura directamente ao cliente a totalidade dos trabalhos por si realizados ou subcontratados; e (iv) cada uma das agrupadas debita o ACE pelas cedências e fornecimentos efectuados, assim como pela sua quota parte na facturação emitida pelo ACE ao cliente. Resulta desta forma, que os custos e proveitos incorridos e facturados pelo ACE, são totalmente repartidos pelas diversas empresas agrupadas, em função da percentagem de participação de cada uma delas, sendo que o resultado contabilístico do ACE no final de cada exercício tende a ser nulo, reconhecendo cada agrupada nas suas demonstrações financeiras a respectiva quota parte da margem gerada no ACE. Este procedimento aplicado pela empresa difere do disposto na directriz contabilística nº 24, contudo não é significativo para as demonstrações financeiras anexas.

6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o rendimento em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa normal de 30%, que pode ser incrementada até um máximo de 10%, pela aplicação da Derrama, resultando uma taxa de imposto agregada de 33%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Desta modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 1998 a 2002 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Empresa entende que eventuais correcções, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente, por parte das autoridades fiscais, não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

O Imposto sobre o rendimento (IRC) contabilizado como custo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 encontra-se corrigido pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, de acordo com a Directriz Contabilística nº 28.

Na sequência da entrada em vigor, em 1 de Janeiro de 2002, da Directriz Contabilística nº28, a Empresa passou a registar os passivos ou activos por imposto diferidos relacionados com diferenças temporárias. Conforme previsto naquela Directriz Contabilística, esta alteração de política contabilística, reportou-se a 1 de Janeiro de 2002 e os efeitos acumulados a essa data, no montante de 435.954, foi registado por contrapartida de “Resultados transitados” (Nota 40).

As diferenças temporárias a deduzir ao lucro tributável que originaram activos por impostos diferidos são como segue:

	Total	Efeito na Demonstração Resultados	Efeito em Capital Próprio
Provisões não aceites fiscalmente	12.471.434	8.413.440	(20.884.874)
Prejuízos fiscais	9.540.136	(1.837.921)	(7.702.215)
Outros	25.000	625	(25.625)
	<u>22.036.569</u>	<u>6.576.144</u>	<u>(28.612.713)</u>

As diferenças temporárias a deduzir à colecta que originaram activos por impostos diferidos são como segue:

	Total	Efeito na Demonstração Resultados	Efeito em Capital Próprio
Crédito fiscal por dupla tributação internacional	617.459	-	(617.459)
	<u>617.459</u>	<u>-</u>	<u>(617.459)</u>

As diferenças temporárias a acrescer ao lucro tributável que originaram passivos por impostos diferidos são como segue:

	Total	Efeito na Demonstração Resultados	Efeito em Capital Próprio
Reavaliação de activos imobilizados	(849.970)	(43.186)	893.155
Resultados negativos em ACE's	(5.430.969)	(102.597)	5.533.566
Diferimento de tributação de mais valias	(1.808.456)	(516.343)	2.324.799
Acréscimos de Proveitos não tributados	(12.239.509)	(10.520.842)	22.760.351
Correcção a contratos de locação financeira celebrados até 31/12/1993 (DL nº420/93)	(1.229.653)	(30.741)	1.260.394
	<u>(21.558.557)</u>	<u>(11.213.708)</u>	<u>32.772.265</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos ascendiam a Euro 7.724.252 e a Euro 6.952.635 respectivamente , tendo sido registado um efeito positivo na demonstração dos resultados e um efeito negativo no capital próprio de Euro 1.495.615 e Euro 723.997, respectivamente.

A reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente pode ser analisada como segue:

	Total	Efeito na Demonstração Resultados	Efeito em Capital Próprio
Imposto do exercício	<u>90.954</u>	<u>(814.950)</u>	<u>(723.997)</u>
Gastos (proveitos) de impostos não reconhecidos anteriormente como impostos diferidos			
Reporte de prejuízos	3.076.697	(592.733)	(2.483.964)
Impostos diferidos relativos à constituição da reserva de reavaliação de imobilizações	<u>(274.115)</u>	<u>(13.927)</u>	<u>288.043</u>
Impostos diferidos com origem em diferenças temporárias	<u>(2.030.964)</u>	<u>(888.954)</u>	<u>2.919.919</u>
Imposto diferido	<u>771.618</u>	<u>(1.495.615)</u>	<u>723.997</u>
Imposto Corrente	<u>(680.664)</u>	<u>680.664</u>	<u>-</u>

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios de 2002 e 2000, o número médio de pessoal, o qual inclui o pessoal das sucursais no estrangeiro, foi o seguinte:

	2002	2001
Administradores	7	7
Empregados	718	190
Assalariados	2.796	2.736
	<u>3.521</u>	<u>2.933</u>

8. DESPESAS DE INSTALAÇÃO, PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS

O detalhe destas rubricas em 31 de Dezembro de 2002 era como segue:

Despesas de instalação	3.813.914
Amortizações acumuladas	(3.770.842)
	<u>43.072</u>
Propriedade industrial e outros direitos:	
Direitos e licenciamentos	66.707
Outros	167.027
	<u>233.734</u>

A rubrica "Despesas de instalação" inclui basicamente custos incorridos com estudos e projectos de obras públicas adjudicadas à Empresa, assim como custos iniciais incorridos com preparação de pedreiras, custos incorridos com o projecto de cisão da Empresa e ainda custos de natureza não financeira decorrentes do aumento de capital verificado no exercício de 1997.

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício de 2002, o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações incorpóreas e corpóreas e dos investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO

	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES DIMINUIÇÕES	TRANSF. E ABATES	OUTROS	SALDO FINAL
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	3.841.858	11.160	74.648	35.544		3.813.914
Propriedade industrial e outros direitos	184.481	49.880	-	(545)		233.734
Imobilizações em curso	191.764	130.022	-	(42.277)		279.509
	4.218.103	191.062	74.648	(7.278)	(82)	4.327.157
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	14.270.045	199	-	1.013.709		15.283.953
Edifícios e outras construções	31.033.439	5.645.277	728.330	5.356.865	(1.153.681)	40.153.570
Equipamento básico	115.669.978	21.673.005	25.021.971	9.926.445	(163.872)	122.083.585
Equipamento de transporte	50.653.808	12.403.091	11.894.055	7.024.926	(45.055)	58.142.715
Ferramentas e utensílios	3.977.449	451.544	633.830	(30.351)		3.764.812
Equipamento administrativo	10.772.902	2.258.956	2.408.931	237.767	(330.454)	10.530.240
Imobilizações em curso	21.311.831	11.255.726	5.372.077	(6.461.375)	(2.462.700)	18.271.405
Adiantamentos por conta de imobilizações	2.913.137	6.249.102	327.952	(4.860.500)		3.973.787
	250.602.589	75.452.647	46.387.146	(3.308.261)	(4.155.762)	272.204.067
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	29.585.459	1.752.938	1.377.692	(543.770)	5.217.134	34.634.069
Empréstimos a empresas do grupo	220.033	-	-	-		220.033
Partes de capital em empresas associadas	21.614.680	-	5.565.193	(223.950)	(4.008.562)	11.816.975
Empréstimos a empresas associadas	1.268.216	-	407.864	-		860.352
Títulos e outras aplicações financeiras	48.143.933	5.640.457	3.824.280	22.944	391.224	50.374.278
Outros empréstimos concedidos	2.977.065	2.047.602	811.731	(22.944)		4.189.992
Imobilizações em curso	634.083	-	271.731	-		362.352
Adiantamentos por conta de investimentos.	73.800	26.892	-	(3.741)		96.951
	104.517.269	9.467.889	12.258.491	(771.461)	(4.013.592)	102.555.002

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

	SALDO INICIAL	REFORÇOS	ALIENAÇÕES	TRANSF. E ABATES	OUTROS	SALDO FINAL
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	3.667.540	125.810	34.212	11.704	-	3.770.842
Propriedade industrial e outros direitos	626	11.160	-	(11.705)	82	-
	3.668.166	136.970	34.212	(1)	82	3.770.842
Imobilizações corpóreas:						
Edifícios e outras construções	6.089.771	1.299.731	383.641	(1.501)	(56.828)	6.947.532
Equipamento básico	80.548.892	11.206.029	13.275.450	1.209	(145.664)	78.335.017
Equipamento de transporte	37.165.804	4.996.613	5.293.284	486.979	(21.697)	37.334.414
Ferramentas e utensílios	2.907.953	354.664	582.531	(256)	(4.462)	2.675.368
Equipamento administrativo	7.353.239	1.233.258	2.106.778	(4.784)	(161.337)	6.313.598
	134.065.659	19.090.295	21.641.684	481.647	(389.998)	131.605.929
Investimentos financeiros:						
Títulos e outras aplicações financeiras	802.627	159.418	-	-	-	962.044
	802.627	159.418	-	-	-	962.044

A coluna “Outros”, no que diz respeito aos investimentos financeiros, inclui o efeito da aplicação da equivalência patrimonial cujo impacto foi registado por contrapartida de resultados financeiros (Nota 45), bem como as diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras das Sucursais e das utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial das filiais e associadas que foram relevadas na rubrica “Ajustamentos em partes de capital” (Nota 40).

12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

A Empresa procedeu à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei 430/78, de 27 de Dezembro
- Decreto-Lei 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei 31/98, de 11 de Fevereiro

13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos das imobilizações corpóreas e correspondentes reavaliações em 31 de Dezembro de 2002, é o seguinte:

	CUSTOS HISTÓRICOS	REAVALIAÇÕES	VALORES REAVALIADOS
Imobilizações Corpóreas:			
Terrenos e Recursos Naturais	13.974.066	1.309.887	15.283.953
Edifícios e outras Construções	30.861.422	2.344.616	33.206.038
Equipamento Básico	43.744.209	4.359	43.748.568
Equipamento de Transporte	20.808.301	0	20.808.301
Ferramentos e Utensílios	1.089.444	0	1.089.444
Equipamento Administrativo	4.183.254	33.387	4.216.642
	114.660.696	3.692.250	118.352.946

Os valores incluídos nas colunas de "Custos históricos" e "Reavaliações" encontram-se deduzidos das amortizações respectivas e do acréscimo das reservas de reavaliação, o montante de Eur 10.474.756 foi incorporado em aumentos de capital ocorridos em anos anteriores

14. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E EM CURSO

Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, importa referir que à data de 31 de Dezembro de 2002, as seguintes imobilizações corpóreas líquidas, encontravam-se no estrangeiro, nomeadamente nas sucursais, da forma que segue:

Angola	33,148,342
Benin	2,619,808
Malawi	1,423,541
Polónia	4,160,207
Ghana	201,837
Moçambique	538,385
Rep.checa	10,171
Bulgaria	2,111

15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2002, as rendas vincendas (capital e juros) em contratos de locação e re-locação financeira têm o seguinte prazo de vencimento:

Exercício 2003	13,289,938
Exercício 2004	10,424,822
Exercício 2005	7,090,044
Exercício 2006 e seguintes	<u>2,773,914</u>
	<u>33,578,718</u>

16. EMPRESAS DO GRUPO, ASSOCIADAS E PARTICIPADAS

Em 31 de Dezembro de 2002, as rubricas "Partes de capital em empresas do grupo" e "Partes de capital em empresas associadas" apresentavam a seguinte composição:

EMPRESAS	QUANTI-DADE	%	VALOR DE BALANÇO EM 31.12.02	RESULTADOS DO EXERCICIO	CAPITAL PROPRIO	TOTAL ACTIVO
PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS DO GRUPO						
<u>ACCOES</u>						
AURIMOVE-UTIL.EQUIP.INVEST.IMOB.,SA	191.419	63,80	2.916.977	274.328	4.085.469	18.534.595
COGAMO-CONSTRUCTIONS GABONAISES	5.640	51,27	0			
MOTA HUNGARIA, RT	1.000.000	100,00	0	(451.194)	4.165.995	8.662.666
SEFIMOTA, SA	20.000	80,00	781.732	66.012	787.012	5.625.056
SUMA-SERVIÇOS URBANOS MEIO AMBIENTE,S.A.	41.850	60,41	8.440.408	1.404.390	7.437.633	41.808.289
TABELLA HOLDING B.V.	40.000	100,00	0	(430.601)	(6.400.619)	7.829.408
TURALGO-SOC.PROM.IM.E TURISTICA DO ALGARVE,S.A.	45.900	51,00	248.203	347	486.673	500.465
MOTA & COMPANHIA MAURICIAS	1.000	100,00	3.715			
			12.391.035	863.282	10.562.164	82.960.479
<u>QUOTAS</u>						
EDIFICO MOTA-VISO-SOC.IMOBILIARIA,LDA.	1	75,00	545.890	113.490	614.364	11.124.277
EMOCIL-EMP.MOÇAMBICANA CONST.E PROM.IMOB., LDA.	1	75,00	689.037	914	917.799	2.364.615
GEOGRANITOS-PEDREIRA AMARANTE, LDA	1	100,00	2.090.240	(126.694)	1.049.720	9.206.358
MOTA INTERNACIONAL-COM. CONS. EC., LDA.	1	100,00	13.026.191	1.423.500	23.684.194	26.715.460
M-INVEST, S.R.O.	1	80,00	515.928	494.516	150.340	4.068.400
M-INVEST - NEKLANOVA	1	84,00	41.281	(5.600)	57.179	819.027
MAPREL-EMP.PAV. E MAT. PRE-ESFORÇADOS, LDA.	1	74,90	4.221.962	(516.902)	5.987.659	20.051.009
MARFIL-MARIO PIRES & FIUZA, LDA.	1	51,09	17.146	(228.159)	261.653	3.592.915
MATIPREL-MATERIAIS PRE-ESFORÇADOS, LDA.	1	70,00	0			
DUARTIMOVE-UTIL.INVEST.IMOBIL.LDA	1	50,00	0	(7.577)	5.222	15.799
TRACEVIA-SOC.MARCAÇÃO DE ESTRADAS, LDA.	1	77,50	1.095.359	139.967	1.424.437	7.447.369
			22.243.034	1.287.454	34.152.566	85.405.230
			34.634.069	2.150.736	44.714.731	168.365.709
EMPRESAS ASSOCIADAS						
<u>ACCOES</u>						
EMPRESA AGRICOLA E FLORESTAL PORT.,S.A.	22.360	44,70	0			
ECODETRA-SOC.TRATAMENTO E DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS, S.A.	4.410	24,50	0			
PROBIGALP-LIGANTES BETUMINOSOS, SA.	20.000	25,00	412.082	366.751	1.281.577	2.649.194
PROBISA PORTUGUESA-PRODUTOS BETUMINOSOS,S.A.	50.000	50,00	902.336	145.314	1.659.358	2.884.237
RTA-RIO TAMEGA TURISMO E RECREIO, SA	999.900	43,47	1.102.141	(410.731)	8.003.769	21.195.463
SOPROCIL,S.A.	84.000	24,71	421.522	79.832	1.626.738	15.101.140
SOL-S-SOL.SUP.MANUT.INFORMATICA,SA	570.000	28,50	0	(2.268.517)	6.589.595	20.534.945
			2.838.081	(2.087.351)	19.161.036	62.364.979
<u>QUOTAS</u>						
ASINTER-COMERCIO INTERNACIONAL, LDA.	1	30,00	111.459	254.813	116.717	708.944
CIMERTEX & Cª.-COM.EQUIP.SERV. TEC.,LDA.	1	50,00	156.110	6.876	305.344	797.256
MOTA CHEONG KONG CONST. INVEST., LDA.	1	40,00	9.976			
TRANSPORTES LEI, SCRL	1	45,00	8.701.349	(288.316)	16.762.162	35.563.601
			8.978.894	(26.626)	17.184.223	37.069.801
			11.816.975	(2.113.978)	36.345.259	99.434.779

O montante de capitais próprios da Mota Internacional – Comércio e Consultadoria Económica, Lda inclui as prestações suplementares efectuadas no montante de Eur 15.628.514.

A empresa não considera, na aplicação do método da equivalência patrimonial, o efeito dos capitais próprios, dos activos e participações financeiras relacionados com empresas situadas em países com hiperinflação e desvalorização cambial. Se a empresa tivesse aplicado estritamente o método da equivalência patrimonial, na integração da Mota Internacional – Comércio e Consultadoria Económica, Lda, os seus activos e capitais próprios seriam acrescidos de Eur 18.443.250.

Em 31 de Dezembro de 2002 as restantes rubricas de investimentos financeiros, apresentavam o seguinte detalhe:

EMPRESAS	VALOR DE BALANÇO EM 31.12.02
Títulos e outras aplicações financeiras:	
Mota Internacional Comércio e Consultadoria Económica, Lda (Prestações suplementares)	15.628.514
MOTA-ENGIL - SGPS, SA	10.815.915
Lusoponte- Concessionária para a Travessia do Tejo, SA (Acções e Prestações acessórias)	8.678.767
Lusoscut – Auto Estrada Costa da Prata (Acções e Prestações acessórias)	1.880.685
LUSOSCUT-Auto-Estradas Beira Litoral e Alta, S.A. (Acções e Prestações acessórias)	1.950.779
LUSOSCUT-Auto-Estradas Grande Porto, SA	824.888
AENOR - Autoestradas do Norte, S.A. (Acções e Prestações acessórias)	3.827.395
MTS-Metro, Transportes do Sul, SA	565.250
Parque Ambiental Nortenho, SA	506.392
Vortal - Comercio Electronico ...SA	593.127
IBERFIBRAN - Poliest Extrudido, S.A.	375.000
Outras dependências em países africanos	476.611
Investimentos em imóveis	3.688.166
Outros investimentos	562.789
	50.374.278
Empréstimos a empresas do grupo :	
Países africanos	57.854
Outras	162.179
	220.033
Empréstimos a empresas associadas:	
Outros empréstimos concedidos:	
Lusoponte- Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A. (Nota 48.a)	1.934.502
INTERCON-Const. Internac., A.C.E.	1.405.570
Aenor- Autoestradas do Norte, SA.	510.768
MTS-Metro, Transportes do Sul, SA	339.150
	4.189.991
	55.644.654

Durante o exercício de 2002, as transacções efectuadas com empresas do grupo e associadas foram as seguintes:

Compras de existências	2.127.823
Fornecimentos e serviços externos	25.820.475
Outros custos	24.525
Vendas, prestações de serviços e outros proveitos	6.557.300

Como consequência das transacções efectuadas com as empresas do grupo e associadas, em 31 de Dezembro de 2002, apresentavam-se os seguintes saldos:

	SALDOS ASSOCIADAS	CONTAS A RECEBER	FORNECEDORES	OUTROS SALDOS	TOTAL LÍQUIDO
AENOR- AUTO - ESTRADAS DO NORTE, S.A.	4.327.737,56	0,00	3.147,07		4.324.590,49
ASINTER - COMÉRCIO INTERNACIONAL, LDA		52.438,19			52.438,19
AURIMOVE-UTIL.EQUIP.INVEST.IMOB.,LDA.	8.456.556,08	35.710,97	30.668,03	125,10	8.461.724,12
CIMERTEX & Cª	45.285,29	33.868,01	31.976,19		47.177,11
COGAMO-CONSTRUCTIONS GABONAISE	60.062,99				60.062,99
DUARTIMOVE-UTIL. INVEST. IMOBILI., LDA	3.143,78			0,00	3.143,78
ECODETRA- SOC.TRATAMENTO E DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS	65.308,51				65.308,51
EDIFICIO GALIZA-SOC. IMOBILIÁRIA, LDA	45.255,45	5.547,65			50.803,10
EDIFICIO MOTA-VISO-SOC. IMOBILIÁRIA, LDA	(212,76)	14.946,29	0,00	105,88	14.839,41
EMOCIL-EMP. MOÇAMBICANA CONS. E PRO. IMOB.,	439.351,44	70.394,48	33.760,00		475.985,92
EMP. AGRÍCOLA E FLORESTAL PORT. SA	882.860,51				882.860,51
ENGIL, S.G.P.S.	(29.127.592,72)	131.516,54	1.495.775,18	(537.817,77)	(31.029.669,13)
GEOGRANITOS-PEDREIRAS DE AMARANTE, LDA	1.631.231,15	353.310,63	254.716,43	59.227,40	1.789.052,75
IBERFIBRAN-POLIEST EXTRUDIDO, SA				0,00	0,00
IMOSINES-SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA	370,46				370,46
INDAQUA-IND. E GESTÃO DE ÁGUAS, SA	3.106.714,30	481.800,41	23,16		3.588.491,55
INDAQUA FEIRA, INDUSTRIA DE ÁGUAS DE SANTA MARIA DA FEIRA, S.A.	56.114,76	24.493,11			80.607,87
LUSOPONTE-CONC.TRAVESSIA DO TEJO,S.A.	6.763.364,91	142.034,94		18,59	6.905.418,44
LUSOSCUT-AUTO ESTRADA COSTA DA PRATA, SA	1.868.323,84				1.868.323,84
LUSOSCUT-AUTO ESTRADA BEIRA LITORAL E ALTA, SA	1.941.313,84	0,00			1.941.313,84
MAPREL-EMP. PAV. E MAT. PRE-ESFORÇADOS, LDA	1.666.706,24	72.584,00	417.223,18	28.222,06	1.350.289,12
MAPREL-ALVISA PORTUGUESA, INDÚSTRIA DE TRÉ-FABRICADOS EM BETÃO,SA.			0,00		0,00
MATIPREL-MATERIAIS PRE-ESFORÇADOS, LDA.	42.414,84				42.414,84
MARFIL - MARIO PIRES & FIUZA, LDA	71.053,27	429.325,96	(267.224,72)	232.907,69	1.000.511,64
M-INVEST, S.R.O	2.373.579,54	98.459,41			2.472.038,95
MOTA CHEONG KONG CONST. INVEST., LDA.				(48.291,68)	(48.291,68)
MOTA INTERNACIONAL - COMÉRCIO E CONSULTADORIA ECONÓMICA, LDA	15.554.244,10	93.210,12		(720.140,34)	14.927.313,88
MOTA & COMPANHIA MAURICIAS				28.309,86	28.309,86
OPERANOR - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AUTO-ESTRADAS, S.A.					0,00
PARQUE AMBIENTAL NORTENHO, SA					0,00
PROBIGALP - LIGANTES BETUMINOSOS, SA		0,00	374.538,52		(374.538,52)
PROBISA PORTUGUESA-PROD. BETUMINOSOS, SA	319,24	10.706,36	14.299,19		(3.273,59)
RIMA - REIDUOS IND.MEIO AMBIENTE, SA	6.200,00				6.200,00
RTA-RIO TAMEGA TURISMO E RECREIO,SA	3.904.587,63	46.655,50	165.525,07	2.119,36	3.787.837,42
SEFIMOTA, SA	4.258,91			55.611,79	59.870,70
SGA-SOC. DE GOLFE DE AMARANTE, SA	1.530,74	19.531,12			21.061,86
SUMA-SERVIÇOS URBANOS MEIO AMBIENTE,SA		3.320.175,50	3.270,12	4.399,97	3.321.305,35
SOPROCIL - SOCIEDADE DE PROJECTOS E CONSTRUÇÕES CIVIS , SA		16.152,13	630.737,03	36,08	(614.548,82)
TABELLA HOLDING B.V.	14.551.422,96				14.551.422,96
TRACEVIA-SINALIZAÇÃO, SEG. E GESTÃO TRAFEGO, LDA	202.288,24	21.720,25	1.165.079,56	682,76	(940.388,31)
TRANSPORTES LEI, DCRL	(6.064,58)	2.708,18	2.094,90		(5.451,30)
TURALGO-SOC. PROM. IM. TURISTICA ALGARVE SA	10.986,80				10.986,80
VORTAL-COMERCIO ELECT.CONS.MULT.SA		10.026,66	0,00	0,00	10.026,66

Em 31 de Dezembro de 2002, as rubricas “Dívidas de terceiros – médio e longo prazo” e “Clientes – títulos a receber” incluem, em geral, letras aceites pelas suas participadas sediadas em Angola, Empresa de Terraplanagem e Pavimentações – Paviterra, SARL e ICER – Indústria de Cerâmica, Lda no montante de Eur 17.842.821 Eur 1.805.745 respectivamente, bem como naquela data a Empresa tinha letras descontadas em instituições financeiras aceites por estas participadas no montante de Eur 1.479.358. (Nota 31).

A Empresa preparou demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Mota & Companhia, das quais seguidamente se apresenta um resumo dos principais dados financeiros consolidados:

Activo líquido	688.032.729
Capitais próprios	167.162.363
Vendas e prestação de serviços	396.400.862
Resultado líquido	4.844.722

25. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa tinha as seguintes dívidas activas e passivas com o pessoal:

Saldos devedores	1.157.831
Saldos credores	645.806
Encargos com férias e subsídio de férias a pagar em 2002 (Nota 48)	3.575.783

28. DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2002 não existem dívidas em situação de mora perante o Estado ou quaisquer outros entes públicos, incluindo a Segurança Social. Naquela data as respectivas rubricas do balanço tinham a seguinte composição:

	Débito	Crédito
Estimativa de Imposto sobre o rendimento, líquido de pagamentos por conta e retenções	215	
Imposto sobre o Valor Acrescentado	47.046	2.719.160
Retenção de impostos sobre o rendimento – IRS		310.989
Contribuições para a Segurança Social		582.081
Impostos relativos às sucursais	430.186	516.851
Outros impostos		
	<hr/> 477.447	<hr/> 4.129.082

31. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Os saldos de clientes e empresas associadas titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em “factoring” com e sem recurso à data do balanço, estão evidenciadas pelo seu valor nominal, como uma dedução às correspondentes rubricas do activo, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização de exercícios. Em 31 de Dezembro de 2002 as responsabilidades financeiras assumidas pela Empresa por letras descontadas, para além das mencionadas na Nota 16, ascendiam a Eur 1.114.815.

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas decorrentes de imposições contratuais de prestações de serviços e fornecimentos de mercadorias e outras relacionadas com a sua actividade, as quais se apresentam a seguir.

Euros	242.165.434
Dólar (EUA)	21.466.082
Florint (Hungria)	122.546.973
Cédi (Ghana)	5.001.500.000
Escudo (Cabo Verde)	15.284.680
Zloty (Polónia)	3.965.738
Rand (África do Sul)	147.352
Dinar (Tunísia)	6.219.630
Coroa (Rep.Checa)	115.733.458
Metical (Moçambique)	1.409.000.000
Franco CFA(Benim)	14.702.003.870
Franco CFA(Tchade)	1.433.318.413
Franco CFA(Niger)	250.000.000
Malawi (Kwashes)	58.521.715

Adicionalmente naquela data, a Empresa tem constituída caução sobre as acções detidas e prestações acessórias efectuadas correspondentes às empresas participadas Lusoscut – CP, Lusoscut - BLA, Lusoponte- Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A. e AENOR- Autoestradas do Norte, S.A. (Nota 16), para garantir, a favor das entidades financeiras, os empréstimos contraídos por aquelas participadas, mecanismo que se insere no enquadramento jurídico e financeiro típico de uma estrutura de 'Project Finance'.

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício de 2002 realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de provisões:

	Cobrança duvidosa	Depreciação Existências	Investimentos financeiros	Riscos e encargos
Saldos iniciais	1.156.903	131.180	3.292	21.136.275
Reforços (Notas 10 e 46)	249.014	27.201	-	2.350.467
Utilizações (Notas 10 e 46)	(355.884)	(48.048)	-	(10.078.639)
Reposiçãoes (Nota 46)	(32.843)	-	-	-
Outros resultados financeiros	(96.731)	(20.940)	-	-
Saldos finais	920.459	89.393	3.292	13.408.103

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" reflecte a melhor estimativa da Administração para fazer face a:(i) riscos associados com empresas participadas; (ii) compromissos assumidos pela Empresa perante alguns empregados relativamente à atribuição de complementos de pensões (Nota 3.i); (iii) para fazer face a eventuais riscos associados ao desenvolvimento de operações na vertente internacional; (iv) para responsabilidades do investimento financeiro na INTERCON, Construção, ACE (Nota 10); e (v) outros riscos e eventuais contingências não identificados especificamente, relacionados com o desenvolvimento das operações da Empresa.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2002, o capital da Empresa estava representado por 14.000.000 de acções ao portador com o valor nominal de 5 Euros, cada, totalmente subscrito e realizado.

37. PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% NO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2002, a Mota-Engil – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detinha uma participação de 100,00% no capital da Empresa (Notas 10 e 36).

40. VARIAÇÃO DE OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício de 2002 foi como segue:

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	APLICAÇÃO DE RESULTADO	REDUÇÕES E OUTROS	SALDO FINAL
Capital	70.000.000	-	-	-	70.000.000
Acções próprias – Valor nominal (Nota 36)	-	-	-	-	-
Acções próprias – Descontos e prémios (Nota 36)	-	-	-	-	-
Prémios de emissão	76.397.183	-	-	-	76.397.183
Ajustamentos de partes de capital (Nota 10):					
Filiais e associadas (Notas 10 e 34)	(24.681.250)	-	-	(1.694.770)	(26.376.020)
Sucursais (Nota 3.I)	(541.479)	-	-	(3.915.448)	(4.456.927)
Reservas de reavaliação	19.690.029	-	-	(288.043)	19.401.986
Reservas legais:					
Reserva legal	5.882.544	-	392.670	-	6.275.214
Reserva para acções próprias	-	-	-	-	-
Outras reservas					
Estabilização de dividendos	3.990.383	-	1.000.000	-	4.990.383
Livres	7.014.160	-	155.735	-	7.169.895
Resultados transitados (Nota 46 e 48)	(3.031.003)	-	-	(1.380.039)	(4.411.042)

A aplicação do resultados do exercício de 2001 contemplou a atribuição de dividendos aos accionistas (Eur 5.600.000), cativos de impostos, uma distribuição pelos membros do Conselho de Administração, nos termos dos Estatutos (Eur 275.000) e uma distribuição pelos Quadros da Empresa, a título de participação nos lucros (Eur 430.000), para reforço da reserva legal (Eur 392.670), para reforço da reserva de estabilização de dividendos (Eur 1.000.000), bem como o remanescente a reservas livres.

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido do exercício anual tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

41. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no exercício de 2002 foi determinado como segue:

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MAT.-PRIMAS SUBS. E DE CONSUMO	TOTAL
Existências Iniciais	13.214.801	21.493.100	34.707.901
Compras	4.735.428	55.531.601	60.267.029
Regularização de existências		(7.919.662)	(7.919.662)
Existências Finais	17.627.118	17.341.679	34.968.797
	323.111	51.763.360	52.086.471

A "Regularização de existências" deve-se basicamente a cedências de materiais efectuadas pela Empresa a terceiros ao custo de aquisição.

42. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no exercício de 2002 é como segue:

MOVIMENTOS	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	TOTAL
Existências Finais	5.368.064	7.400.641	12.768.705
Outros (Nota 41)	111.299	-	111.299
Existências Iniciais	3.341.558	5.453.584	8.795.143
	1.915.207	1.947.057	3.862.263

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos Orgãos Sociais da Empresa, durante o exercício de 2002, foram respectivamente:

Administração	433.839
Fiscalização	53.404

44. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas e prestações de serviços efectuadas durante o exercício de 2002 distribuem-se da seguinte forma:

ACTIVIDADE	MERCADO INTERNO	MERCADO INTRACOMUNITARIO	OUTROS MERCADOS	TOTAL
VENDAS:				
- De Mercadorias	361.160	-	2.928	364.088
- De Produtos				
Construção Civil	-	-	-	-
Obras Públicas	-	-	-	-
Exploração de Pedreiras	17.479.053	-	-	17.479.053
	17.479.053	-	-	17.479.053
	17.840.214	-	2.928	17.843.141
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS:				
Obras Públicas	173.138.182	12.901.662	41.103.237	227.143.081
Construção Civil	-	-	10.767.999	10.767.999
Outras	23.469.336	1.013.207	6.153.737	30.636.279
	196.607.518	13.914.868	58.024.973	268.547.359
	214.447.732	13.914.868	58.027.901	286.390.501

45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros respeitantes aos exercícios de 2002 e 2001, têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS	2002	2001
681 - Juros suportados	11.473.596	13.229.449
682 - Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	1.689.051	-
683 - Amortizações de investimentos em imóveis (Nota 10)	159.417	159.417
684 - Provisões para aplicações financeiras	882.929	-
685 - Dif. de câmbio desfavoráveis	4.695.916	978.350
686 - Descontos de pronto pagamento concedidos	356	-
688 - Outros custos e perdas financeiros	2.924.745	3.966.275
Resultados financeiros	21.826.010 (13.201.716)	18.333.491 (8.648.550)
	8.624.294	9.684.941
PROVEITOS E GANHOS		
781 - Juros obtidos	3.031.804	4.165.866
782 - Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	4.873.681	3.417.633
783 - Rendimentos de imóveis	474.046	300.819
784 - Rendimentos de participações de capital	-	595
785 - Diferenças de câmbio favoráveis líquido	-	-
786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	38.485	38.502
787 - Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	-	-
788 - Outros proveitos e ganhos financeiros	206.278	1.761.526
	8.624.294	9.684.941

46. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários verificados durante os exercícios de 2002 e 2001, têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS	2002	2001
691 – Donativos	73.537	129.544
692 - Dívidas incobráveis	357.353	4.186
693 - Perdas em existências	-	-
694 - Perdas em imobilizações	4.905.322	417.747
695 - Multas e penalidades	40.086	59.956
696 - Aumentos de amortizações e provisões, líquido (Notas 10 e 34)	1.467.538	4.478.751
697 - Correcções relativas exercícios anteriores	689.435	22.089
698 - Outros custos e perdas extraordinários	607.781	1.109.283
Resultados extraordinários	8.141.052 (3.423.974)	6.221.556 (1.270.237)
	4.717.078	4.951.319
PROVEITOS E GANHOS		
792 - Recuperação de dívidas	-	6.836
794 - Ganhos em imobilizações	2.459.414	2.738.942
795 - Benefícios de penalidades contratuais	98.011	27.434
796 - Reduções de amortizações e provisões	586.388	160.895
797 - Correcções relativas exercícios anteriores	445.138	42.524
798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários (Nota 40)	1.128.126	1.974.688
	4.717.078	4.951.319

A rubrica "Perdas em imobilizações" do exercício de 2002 resulta da menos valia apurada na alienação da participação financeira na SOL-S- sol. Sup. Manut. Informatica , SA (Nota 10).

48. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

- a) Acréscimos e diferimentos - Em 31 de Dezembro de 2002, o detalhe destas rubricas era como segue:

Acréscimos de proveitos:

Obras em curso (excesso da produção sobre a facturação)	25.958.427
Nacional	22.806.498
Estrangeiro	834.571
Juros a receber (Nota 16)	<u>80.077</u>
Outros	49.679.574

Custos diferidos:

Custos de infra-estruturas e encargos financeiros com terrenos e projectos imobiliários em curso	4.123.191
Prémios de seguros	491.243
Custos de arranque de obras diversas e pedreiras	8.286.871
Custos com projectos de auto estradas em curso	3.239.786
Outros	<u>1.171.998</u> 17.313.089

Acréscimos de custos:

Remunerações a pagar (Nota 25)	3.575.783
Juros a liquidar	1.120.807
Especialização de custos	<u>1.746.802</u> 6.443.392

Proveitos diferidos:

Obras em curso (excesso da facturação sobre a produção)	437.808
Nacional	8.027.111
Estrangeiro	280.634
Juros obtidos	271.226
Re-locação financeira (Nota 40)	1.257.961
Subsídios para Investimento	416.367
Diferenças de Câmbio Favoraveis	<u>46.196</u> 10.734.301
Outros	

- b) Outros accionistas (sócios) - A classificação a médio e longo prazo dos empréstimos de accionistas foi baseada na informação prestada ao Conselho de Administração pelos titulares dos respectivos empréstimos, segundo os quais não pretendem, solicitar o seu resgate dentro do prazo de um ano.
- c) Dívidas a instituições de crédito e outros empréstimos obtidos - Em 31 de Dezembro de 2002 os financiamentos obtidos pela Empresa vencem juros a taxas normais de mercado e seguidamente apresenta-se o calendário dos seus vencimentos:

2003	85.212.393
2004	8.397.126
2005	13.125.109
2006	6.441.445
2007 e seguintes	160.820

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica "Outros empréstimos obtidos" corresponde a duas emissões a desconto de papel comercial no valor de Eur 14.963.937 e Eur 15.000.000 respectivamente, garantidas por um sindicato bancário e que vencem juros a uma taxa variável de mercado, cujos prazos de vencimento são 5 de Dezembro de 2003 e 17 de Dezembro de 2005.

- d) Empréstimos obrigacionistas – Por deliberação da Assembleia Geral de 8 de Março de 1999, o Conselho de Administração foi autorizado a proceder no prazo de cinco anos, a uma ou mais emissões de obrigações, até ao valor global de Eur 29.927.874, subsistindo a autorização que lhe foi concedida anteriormente pela Assembleia Geral. Neste sentido, em Dezembro de 1999, foi efectuada uma emissão de 2.992.500 obrigações cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa, de valor nominal de 10 Euro, com reembolso de uma só vez em Dezembro de 2004 (possibilidade de reembolso antecipado a partir de Maio de 2002), e que vence juros semestrais e postecipados a uma taxa indexada à Euribor de 6 meses.

No final de 1998, foi realizada pela Empresa uma emissão de obrigações não convertíveis, no montante de Eur 32.421.863, a uma taxa de juro variável indexada à Lisboa, a amortizar de uma só vez na data de pagamento do 10º cupão (Dezembro de 2003), salvo se por iniciativa da Empresa for efectuado um reembolso antecipado.

- e) Agrupamentos Complementares de empresas (ACE) - Em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa participa nos seguintes ACE:

Participação

-Novaponte-Agrupamento para Construção da Segunda Travessia do Tejo, A.C.E.	13,33%
-G.P.C.I.E.-Grupo Português de Construção de Infraestruturas da Expo, A.C.E.	25,00%
-Mannesmann-Suedrhorbau,Engil,S.Costa,T.Duarte,Mota, A.C.E.	12,25%
-G.P.C.C.- Grupo Português de Construção de Infraestruturas de Gás Natural, A.C.E.	25,00%
-Tecnoceano- Grupo de Empresas de Construção Civil, A.C.E.	25,00%
-Soares da Costa, Engil, Mota, A.C.E.	25,00%
-Engil-Mota, A.C.E.	50,00%
-Engil, Soares da Costa, Mota, A.C.E.	10,00%
-Molinorte - Linha do Norte - Construção Civil, A.C.E.	23,50%
-Intercon - Construção Internacional, A.C.E.	22,50%
-Lote Seis - Infraestruturas de Gás Natural, A.C.E.	50,00%
-Grupo Construtor da Feira, A.C.E.	25,00%
-Metropapoço, A.C.E.	33,33%
-Norace-Construtoras das Auto-Estradas do Norte, A.C.E.	23,18%
-GP 10 - Grupo Português para a Reconstrução dos Balcãs, A.C.E.	11,11%
-Vianor, Const., A. E. Costa da Prata, A.C.E.	22,50%
-Mota, Necso, Abrantina, A.C.E.	24,00%
-Lusitânia-Construtora das Auto-Estradas das Beira Litoral e Alta, A.C.E.	22,50%
-Portuscale – Construção Auto-estrada Porto, ACE	22,50%
-Metroligeiro- Const. Infraestruturas, ACE	26,60%
-Engil, Mota, Teixeira Duarte – Requalificação Urbana, ACE	33,33%

49. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

O detalhe dos componentes de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 era como segue:

Descrição	2002	2001
Numerário	584,027	389.168
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	6,015,601	8.667.251
Disponibilidades constantes do balanço	6,599,628	9.056.419

50. RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos provenientes de alienações de investimentos financeiros e os pagamentos respeitantes à aquisição de investimentos financeiros realizados durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, são como segue:

Recebimentos provenientes de investimentos financeiros (Nota 10):

EMPRESA	Preço	Pago por caixa e equivalentes
MOTA-HUNGÁRIA, RT	3.804.095	3.804.095
ECODETRA- SOC. TRATAMENTO DEP. RESÍDUOS,SA	570.777	0
SOL-S- SOL. SUP. MANUTENÇÃO INFORMATICA, SA	570.000	0

Pagamentos respeitantes a Investimentos financeiros (Nota 10):

EMPRESA	Preço	Pago por caixa e equivalentes
SUMA- SERV. URBANOS MEIO AMB., SA	1.230.000	0
MTS- METRO, TRANSPORTES DO SUL, SA	452.200	452.200
LUSOSCUT- AUTO ESTRADAS DO GRANDE PORTO,SA	13.846	13.846
OPER. LUSOSCUT GP- OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AUTO-ESTRADAS, SA	30.000	30.000
PARQUE AMBIENTAL NORTEHNO,S.A.	26.892	26.892

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 58
Registada na CMVM com o n.º 1975*

Contribuinte n.º 502 138 394

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, de "MOTA & COMPANHIA, S.A.", as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2002, (que evidencia um total de 574 172 727 euros e um total de capital próprio de 153 835 394 euros, incluindo um resultado líquido de 4 844 722 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:

- a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
- b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
- e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

.../....

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53
Registada na CMVM com o n.º 1975*

Contribuinte n.º 502 138 394

.../...

2.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº.7.1 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7.1 A Empresa realiza, directamente e por intermédio de participadas, importantes transacções com países africanos, nomeadamente Angola, de que resultam saldos elevados nas imobilizações corpóreas (nota nº.14 do Anexo), nas participações sociais (nota nº.16 do Anexo), nos empréstimos e outros valores a receber (nota nº.16 do Anexo) e nos activos fixos e circulantes e saldos passivos da sucursal de Angola (nota 3j do Anexo). Os valores envolvidos foram confirmados e estão adequadamente divulgados nas notas do Anexo; contudo, a subsistência de risco-país em Angola não nos permite determinar, com rigor, a data e valor de realização desses activos.

O

.../...

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53
Registada na CMVM com o n.º 1975*

Contribuinte n.º 502 138 394

.../...

3.

7.2 A Empresa, que elabora contas consolidadas, não aplicou estritamente o método da equivalência patrimonial, conforme nota nº.1 do Anexo, pelo que as demonstrações financeiras das contas individuais anexas, não relevam completamente o efeito dos capitais próprios e dos activos das empresas do grupo e associadas, contendo, contudo, a nota nº.16 do Anexo informação financeira sobre as referidas empresas e mostrando um resumo dos principais dados financeiros consolidados.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº.7.1 acima, e excepto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo nº.7.2 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de "MOTA & COMPANHIA, S.A.", em 31 de Dezembro de 2002, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

ÉNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

9.1 A Empresa, obedecendo ao disposto na Directriz Contabilística nº.28, aplicou, pela primeira vez no exercício de 2002, a política contabilística dos impostos diferidos. Os efeitos dessa aplicação reflectiram-se no capital próprio e nos resultados líquidos do exercício, conforme notas nºs. 2 e 6 do Anexo.

9.2 A Empresa apurou, em 2002, resultados extraordinários negativos, no valor de 3 423 974 euros, tendo esses resultados, em 2001, sido também negativos, no montante de 1 270 237 euros, conforme nota nº.46 do Anexo.

Porto, 26 de Março de 2003


António Magalhães & Carlos Santos - SROC, inscrita com
o nº. 1 975 no Registo de Auditores da CMVM, representada
por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº.177

MOTA & COMPANHIA, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmo. Accionista Único:

1 - Como nos cumpre face à legislação específica e ao mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora que desenvolvemos e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras elaborados pelo Conselho de Administração da Empresa "MOTA & COMPANHIA, S.A.", relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

2 - As dificuldades que o sector da Construção atravessa, devido à crise generalizada da economia, não permitiram que os resultados do exercício fossem mais aliciantes e que a previsão inicial se atingisse. Reconheça-se, contudo, a diversificação das actividades que, em tempo de recessão, contribuiu para minorar os efeitos dessa crise.

3 - Seguimos, ao longo do ano, com a frequência que entendemos adequada, a actividade da Empresa.

Observámos a escrituração e, por amostragem, os documentos de apoio e procedemos à verificação dos activos e passivos que entendemos apropriada. Estivemos atentos à observância da lei e do contrato de sociedade, nada tendo de especial a referir nesse aspecto. Recebemos do Conselho de Administração e dos Serviços os esclarecimentos que lhes solicitámos, o que nos é grato registar.

4 - Concordámos com as descrições constantes da Certificação Legal das Contas e do Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada, documentos elaborados pela sociedade revisora oficial de contas membro deste Conselho Fiscal, os quais nos foram apresentados.

5 - Pelo exame aos documentos de prestação de contas do exercício, concluímos que:

- a) o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respectivos anexos, que evidenciam um resultado líquido de 4 844 722 euros, projectam uma imagem correcta da situação financeira;
- b) as políticas contabilísticas e os critérios de valorimetria utilizados são os adequados;
- c) o Relatório de Gestão contém as menções que a lei estipula, inclui uma proposta de aplicação dos resultados e traça com clareza a evolução da actividade da Empresa no último ano e as perspectivas para o futuro.

.../...

MOTA & COMPANHIA, S.A.

.../...

2.

Face ao exposto, apresentamos o seguinte Parecer:

1º - Que podem aprovar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2002.

2º - Que podem aprovar a proposta de aplicação dos resultados contida no Relatório de Gestão.

Amarante, 27 de Março de 2003

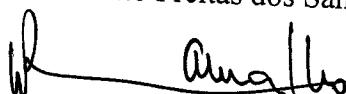
O Conselho Fiscal



Engenheiro Manuel Teixeira Mendes – Presidente



António Magalhães & Carlos Santos – S.R.O.C. nº.53, representada
Por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos – R.O.C. nº177



Engenheiro Marcos Levi Sampaio Caetano Ramalho